



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1519/04	DATA: 8/12/2004
INÍCIO: 14h38min	TÉRMINO: 17h06min	DURAÇÃO: 02h28min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h27min	PÁGINAS: 45	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RÔMULO JOSÉ FERNANDES DE BARRETO MELLO – Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente — IBAMA.
RICARDO JOSÉ SOAVINSKI – Coordenador-Geral de Fauna do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente — IBAMA.
DENNER GIOVANINI – Coordenador da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres — RENCTAS.

SUMÁRIO: Depoimentos sobre fatos relacionados com o objeto de trabalho desta CPI, mais especificamente o tráfico de animais.

OBSERVAÇÕES

Grafias não confirmadas: Roberto Rodford; Tofet.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Boa-tarde. Declaro aberta a 9ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País. Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 8ª reunião. Pergunto aos senhores se há algum Deputado que considera imprescindível a leitura da referida ata.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Havendo a solicitação de dispensa da leitura, gostaria de indagar se há quem queira discuti-la? Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Os Deputado que a aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram. Aprovada. Esta Comissão se reúne hoje em audiência pública para ouvir o Dr. Rômulo de Barreto Mello, Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA; Dr. Ricardo José Soavinsk, Coordenador-Geral de Fauna do IBAMA e Dr. Denner Giovanini, Coordenador da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, RENCTAS, sobre fatos relacionados ao trabalho desta CPI. Convido para tomar assento à Mesa o Dr. Rômulo, a quem passo a palavra como primeiro orador de hoje, por 20 minutos. Os Deputados interessados em interpelá-los, por gentileza, inscrevam-se junto à secretaria. Terão, cada um, três minutos para formular os seus pedidos de esclarecimentos, dispondo os expositores de igual tempo para resposta, facultada a tréplica e a réplica, pelo mesmo prazo. Esclareço que a reunião está sendo gravada, razão pela qual, quando não houver sido declinado o nome por esta Presidência, solicito que cada orador, por gentileza, ao iniciar a sua exposição, declare e decline o seu nome para efeito de gravação. Dando início ao período de exposição, concedo a palavra ao Dr. Rômulo José Fernandes de Barreto Mello, Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA que acedeu ao nosso convite para trazer as suas considerações que muito enriquecerão o acervo de informações desta CPI. Muito obrigado.

O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES DE BARRETO MELLO - Sr. Presidente, gostaria de inicialmente agradecer o convite dessa CPI, agradecer também a forma com que a Câmara tem tratado questões importantes do IBAMA,



principalmente no que diz respeito a sua estrutura e planos de carreira. E gostaria de pedir licença ao senhor para declinar um pouco do tempo que me foi apresentado, mas, como o segundo palestrante também é do IBAMA, vamos fazer um pequeno jogral: farei uma introdução e ele uma apresentação mais detalhada sobre todo o trabalho do IBAMA. Bem, senhoras e senhores, meu nome é Rômulo Mello, sou Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA. O IBAMA está estruturado em sete diretorias, uma delas é a nossa Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros, que tem a responsabilidade de normatizar e regulamentar e controlar o uso e acesso da fauna e dos recursos pesqueiros no Brasil. Estou colocando dessa forma para deixar claro que as ações de proteção no que diz respeito às ações de comando e controle são desenvolvidas em outra diretoria, afeta ao nosso colega Flávio Monteel, que já foi convidado para esta CPI. Então, no momento oportuno, ele fará uma explanação clara sobre as ações do IBAMA no que diz respeito ao comando e controle. As nossas ações dizem respeito mais à questão da normatização e regulamentação do acesso a esses recursos. Para isso, o IBAMA conta atualmente com 11 centros distribuídos no Brasil, cinco tratam da questão de recursos pesqueiros e seis outros tratam da questão de uso de fauna, aliás, proteção e conservação. Contamos com cerca de 100 especialistas distribuídos nessas unidades e gostaria também de convidar a CPI para visitar essas unidades. Poderia ser feita uma visita a um centro de recursos pesqueiros e a um centro de gestão de fauna para que vocês tivessem um conhecimento prático, na ponta, como essas questões acontecem. Então, nosso trabalho hoje está direcionado para a perspectiva de revisão e modernização dos instrumentos de controle. Temos hoje em toda gestão de fauna, que vai — dando um exemplo pequeno — desde os passeriformes, que são os passarinhos, pois há uma tradição da sociedade brasileira de tratar desses animais, até as baleias. Então, só para a gente ter uma idéia tanto de abrangência quanto da dimensão dos animais de que tratamos. Então, esse processo de controle e toda a regulamentação disso é feita nessa diretoria. Contamos com recursos da ordem de 9 milhões por ano para desenvolvimento dessas atividades. E essas atividades, normalmente na área de recursos pesqueiros, envolvem uma ação compartilhada, onde esses recursos são geridos de forma partilhada com os usuários. Amanhã mesmo estaremos realizando a instalação do primeiro Comitê Nacional de Gestão de Lagostas, para



administração de um dos recursos destinados ao pescado no Brasil. Também outros recursos pesqueiros são ordenados de forma partilhada. Dentre as ações mais específicas da CPI, há a questão de peixes ornamentais, já citada e que compõe alguns requerimentos feitos à CPI. Nós, hoje, no que diz respeito à questão de peixes ornamentais — e recentemente os senhores devem ter acompanhado uma apreensão que houve no Estado do Amazonas —, estamos reestruturando e reorganizando todo o processo de normatização disso, permitindo que as nossas unidades descentralizadas possam gerenciar e promover um processo de controle desses recursos. Atualmente, os mecanismos definidos para a gestão desses recursos não permitem um controle mais efetivo, permitindo que o que aconteceu no Estado do Amazonas recentemente aconteça com alguma regularidade. No que diz respeito à questão de crimes, temos algumas limitações, principalmente no que diz respeito aos limites da lei de crimes ambientais. Hoje é muito freqüente a reincidência de pessoas que estão participando dessa questão de tráfico e que reincidem no processo. A legislação brasileira, hoje, no que diz respeito à questão de tráfico, é frágil. Entendemos ser necessário. Existem cerca de 14 projetos de lei em tramitação aqui no Congresso. Alguns desses projetos tratam dessa questão, mas para nós é crucial a criminalização de traficantes. Aí é importante que a gente tenha muito bem caracterizado o que é um traficante e o que é um usuário regular dos recursos. Então, a melhor caracterização do que é o traficante para nós é fundamental. É fundamental também que a base legal nacional tenha um processo de coibição e seja mais forte no que diz respeito à tipificação do tráfico de animais. O nosso trabalho — e o Ricardo vai detalhar um pouco mais — toma como base as diretrizes estabelecidas na Conferência Nacional de Meio Ambiente, realizada no ano passado, e também as diretrizes emanadas da própria CPI do Tráfico, resultado da última CPI que ocorreu nesta Casa. Grande parte do trabalho está norteado por esses dois instrumentos. Além disso, o IBAMA, por delegação do Conselho Nacional de Recursos Genéticos, é responsável pela autorização de coleta de material para pesquisa. Então, todo o material biológico destinado ao desenvolvimento do conhecimento passa por uma autorização do IBAMA. Esse sistema de autorização também era feito de forma manual e hoje está sendo informatizado. A gente, em breve, vai ter um sistema que permite que o pesquisador faça a sua solicitação,



através da Internet, e receba essa licença *on line*. Isso vai nos permitir separar efetivamente o joio do trigo. A grande maioria dos pesquisadores no Brasil são grandes parceiros e não devem ser tratados ou confundidos com marginais, o que não quer dizer que, dentre esses, existam pessoas com ma-fé e que devem efetivamente ser coibidas e criminalizadas. Dentro dessa perspectiva de acesso a recursos genéticos, já concedemos cerca de 60 autorizações. Essas autorizações estão sendo monitoradas. E a expectativa que a gente tem, a partir da informatização desse processo de autorização de coleta, é a de que possamos deixar de ter um instrumento simplesmente cartorial de controle e ter um sistema efetivamente de controle da informação. A idéia é que a gente possa efetivamente conhecer todas as pesquisas e todo o material coletado para o desenvolvimento de pesquisa no Brasil. Para os senhores terem uma idéia, o nível de informação que hoje nós temos, conforme nossa avaliação, não passa de 5%. Ou seja, atualmente não conhecemos mais de 5% do que é coletado no Brasil para efeito de desenvolvimento e conhecimento. Então, a idéia da instrução normativa para a coleta é atrair todos os pesquisadores, obviamente os pesquisadores sérios, para que a gente tenha não mais um processo simplesmente cartorial, mas sim um processo de gestão da informação, mais uma vez trazendo o pesquisador para o processo, construindo uma parceria. Para finalizar, já transferindo a palavra — com autorização do nosso Presidente — ao Ricardo Zoavinski, que vai detalhar todas as ações do IBAMA, gostaria de agradecer mais uma vez o apoio que esta Casa tem nos dado. Quero dizer que esse apoio pode ser ampliado agora. A nossa Comissão, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, fez uma proposta de emenda parlamentar, uma emenda de Comissão, direcionada para o apoio e a gestão dos recursos faunísticos brasileiros. A gente espera que essa manifestação da Comissão seja apoiada pela CPI. A emenda foi ratificada pelo Ministro Sarney — e aí me perdoem por fazer referência ao Executivo, mas o Casara, além de colega do IBAMA, foi ex-Presidente, e o Deputado Sarney Filho foi nosso ex-Ministro, responsável inclusive pela criação da Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros no IBAMA. Portanto, a gente espera que esse apoio da Comissão se desdobre num apoio da CPI, e que a gente efetivamente consiga os meios necessários para desenvolver nosso trabalho. Eu não tenho prurido nenhum em afirmar aos senhores



que hoje os meios que são disponibilizados para os entes públicos que trabalham na gestão de fauna são insignificantes, dada a responsabilidade. E como temos, por trás, uma lei que ajudamos esta Casa a elaborar, pela qual brigamos muito, que é a Lei de Crimes Ambientais, que nos responsabiliza enquanto gestores pela não realização da nossa atividade, essa busca que a gente está fazendo não é só pela questão ambiental, mas para que a gente possa efetivamente, de peito aberto, dizer que nós estamos gerindo a fauna no Brasil e assumindo a responsabilidade que são os anseios da sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, acatando essa sugestão oportuna do Dr. Rômulo, teremos a oportunidade de ouvir o Dr. Ricardo Soavinski, já que são depoimentos concatenados. Em seguida, passaremos a palavra ao terceiro convidado de hoje e abriremos a palavra ao Deputados que quiserem apor as suas observações e fazer as suas indagações. Com a palavra o Dr. Ricardo Soavinski.

O SR. RICARDO JOSÉ SOAVINSKI - Boa-tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Deputados, vou tentar, dentro dos 20 minutos a mim concedidos e de mais alguns minutos que o Rômulo me cedeu, passar aos senhores, de forma bastante organizada — pelo menos assim eu tentei organizar — um material para que se entenda o que a gente faz no IBAMA, quais as principais ações, e o que estamos fazendo, na verdade, para aprimorar o modelo de gestão que o IBAMA vem, enfim, ao longo desses anos, tentando estruturar, principalmente nesses 2 últimos anos. Ou seja, o que tem sido feito no sentido de dar as respostas necessárias à sociedade para que melhor façamos a gestão e a conservação da fauna no País. Bem, a base legal em que nos fundamentamos, ou que fundamenta nosso trabalho, foi citada aqui pelo nosso Diretor, Dr. Rômulo. Basicamente é a Lei de Fauna, de 1967; a lei que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981; a Lei do Zoológico, específica para os zoológicos, mas dá toda fundamentação da existência e do funcionamento dos zoológicos; e a Lei de Crimes Ambientais, mais recente. No IBAMA, a estrutura que cuida de fauna parece, quando a gente vai falar, uma grande estrutura, mas é uma estrutura bastante enxuta, bastante pequena. Organizamo-nos basicamente em 3 coordenações dentro dessa coordenação geral de fauna, que são



3 linhas de trabalho de acordo com a necessidade. Ou seja, é uma voltada ao trabalho com as espécies em extinção, ou seja, aquelas que não permitem nenhum tipo de uso, que têm proteção mesmo e o trabalho é de recuperação dessas espécies. Nesse sentido — como os senhores poderão ver mais à frente —, inclusive, no ano passado publicamos uma nova lista de espécies ameaçadas e infelizmente aumentou bastante o número de espécies ameaçadas no País, como declarado na última lista. A segunda linha de trabalho, que tem uma coordenação também específica, diz respeito à gestão do uso. Ou seja, define critérios, procedimentos, as próprias normas internas da instituição para aquelas espécies que permitem uso, ou seja, o uso sustentável. Hoje, pela própria legislação, isso é mais voltado ao uso em cativeiro e não o manejo na natureza, mas é voltada a esse fim. Ou seja, aquelas espécies que têm potencial econômico. E, por último, inclusive é uma coordenação bastante nova, que organizamos do ano passado para cá, que é uma linha de trabalho e coordenação para manejo na natureza. Aí já é um outro nível. Temos aquelas espécies que não permitem o uso, as ameaçadas; aquelas que estão numa situação que permitem o uso e aquelas que estão inclusive em desequilíbrio por existirem demais ou, então, espécies exóticas nocivas ao próprio equilíbrio ecológico e também nocivas à agricultura e à saúde humana. Há vários exemplos infelizmente no País. Vocês vão poder ver um pouquinho mais pra frente, mas têm vários exemplos desse tipo no País, e não só no País, em quase todo o planeta. Bem, a primeira das coordenações é voltada ao trabalho com espécies ameaçadas. A competência, então, é implementar medidas necessárias para proteção das espécies da fauna silvestre, sobretudo as ameaçadas. A base do trabalho, além da legislação, é a divulgação de listas, como a que foi reconhecida no ano passado, das espécies ameaçadas de extinção. Temos uma maneira de trabalhar também, além dos nossos centros especializados em fauna, com os comitês e os grupos de trabalho, criados para tentar reunir um grande número de instituições e profissionais que trabalham com essas espécies. Reúnem-se universidades, criadouros, zoológicos, enfim, todos aqueles que têm um trabalho sério, reconhecido. Somam-se esforços e, com isso, definem-se os planos de ação para essas espécies. E, nos planos de ação, são definidos os projetos e as ações para recuperação dessas espécies.



(Segue-se exibição de imagens.)

Essa é uma lista — eu sei que é difícil de ler, é mais se ter uma idéia do trabalho — onde cada linha descreve um grupo de trabalho, às vezes mais de um, inclusive alguns grupos reconhecidos internacionalmente. Posso citar aqui mais como exemplo, em função do tempo. O mico-leão-dourado que, duas décadas atrás, era tido quase como extinto, através do esforço do Comitê Internacional de Recuperação do Mico-Leão, hoje temos mais de 150 indivíduos reintroduzidos na reserva da União, em Poços das Antas, no Rio de Janeiro. E aí juntou-se todo um trabalho de recuperação feito não só na natureza, mas fora da natureza, ou seja, em cativeiro. Então, somam-se os esforços, às vezes, de mantenedouros desses animais, inclusive de fora do País, para reverter um processo de extinção da espécie. E há uma série deles. Foi a maneira que encontramos, às vezes mais barata, para juntar os esforços de várias instituições e de quem entende do assunto, especialistas das universidades, ONGs, enfim. É também uma maneira bastante aberta, participativa e transparente de trabalhar, pois a maioria das decisões são tomadas nesses comitês e depois implementadas através dos planos de ação determinados. Além dos comitês e dos grupos de trabalho, como nosso Diretor, Dr. Rômulo, citou aqui, os nossos centros especializados trabalham com fauna. Nós temos 6 centros especializados, que é o CENAP, que é o Centro Nacional de Predadores Naturais, voltado aos carnívoros e aos canídeos, ou seja, as onças, os lobos, os cães selvagens. O CEMAV, que trata das aves silvestres, é um centro que tem mais de 20 anos, reconhecido internacionalmente pelos trabalhos com aves migratórias e recuperação de espécies ameaçadas. O RAM, que é um centro voltado aos anfíbios e aos répteis, trabalha não só com espécies ameaçadas, mas também com espécies com potencial para uso, como os quelônios, na Amazônia, ou os jacarés, no Pantanal. O CMA, começou com o antigo Projeto Peixe-Boi Marinho, que hoje é um centro de mamíferos aquáticos, tem trabalho com baleias, golfinhos, peixe-boi e agora também peixe-boi na Amazônia, enfim, com resultados bastante interessantes, a exemplo do que ocorreu na última semana, na sétima reintrodução da qual nosso Diretor e o Presidente do IBAMA puderam participar. Diziam há 10 anos que era impossível reintroduzir peixe-boi. Porém, no Brasil desenvolvemos a metodologia, tecnologia, com ajuda da parte de monitoramento por satélite do



peçoal dos Estados Unidos, fizemos já a sétima reintrodução, ou seja, são 14 peixes-boi já reintroduzidos na natureza e que estão vivendo muito bem, inclusive um casal já reproduziu. E aí o TAMAR, também um centro bastante conhecido, que é o Projeto Tartaruga Marinha, que é um centro especializado do IBAMA. Um dos mais novos é o Centro de Primatas do Brasil, que também aí trabalha com vários macacos ameaçados. É uma visão geral para vocês, tenho muito o que falar desses trabalhos de espécies ameaçadas, mas é bastante coisa. Então, deixo essa visão bem ampla dessa área. Bem, a outra área que acho que interessa bastante a esta CPI é a questão da gestão do uso. Trata-se de uma coordenação e uma linha de — trabalho voltada para adoção de medidas necessárias para disciplinar o uso das espécies da fauna silvestre, principalmente das espécies com potencial de exploração econômica. Aqui eu fiz uma tabela — eu sei que é difícil enxergar, mas dá para se ter uma idéia. Nas colunas estão as categorias de criadouros ou de empreendimentos voltados ao uso. Nas linhas estão representados os Estados e o número de empreendimentos que mexem com fauna no País. Hoje ainda não temos um sistema informatizado para controlar tudo isso, está quase pronto. Então, o número de registro e de transações é feito de forma manual. Não é fácil e é uma das coisas que talvez prejudiquem o controle. Mas vou falar um pouco mais na frente sobre o sistema, e aí os senhores e as senhoras vão poder entender o porquê da importância desses sistemas. Ali no fim está o número total: 2 mil, duzentos e poucos estabelecimentos, criadouros ou comerciantes, às vezes só conservacionista, enfim, de uma categoria ou de outra. No total, dados do final de 2003 apontam um pouco mais de 2 mil e 200 estabelecimentos que lidam com criação de animais ou comércio. Para isso que eu coloquei aqui — melhorar o controle dos plantéis, a movimentação desses animais de um criadouro para o outro; a comercialização; o transporte —, para realmente podermos ter um controle e ao mesmo tempo melhorar a relação com aquele que quer fazer direito e que quer agilidade nos seus processos dentro do IBAMA, o IBAMA começou a desenvolver sistemas informatizados, onde o objetivo é agilizar o processo de registro, ou seja, de existência daquele estabelecimento, mas sem com isso entender que estamos facilitando de alguma maneira. Estamos agilizando o processo e não criando facilidades outras para se obter o registro. Por outro lado, pretendemos aumentar o



poder de controle pelo Poder Público. Esses sistemas emitem uma série de relatórios, eles são programados dessa maneira, que podem ser — e a gente entende assim — um grande instrumento inclusive contra o tráfico de animais. Isso por quê? Porque, só para dar um exemplo aqui, se um relatório de criadores consigna grande movimentação, ou por nascimento excessivo, sem que haja matrizes que justifiquem; ou por óbito demais, o sistema nos direciona para uma fiscalização. Esse controle *on-line* existirá não só em cada Estado, pelas nossas gerências, mas em todo o Brasil, pela Coordenação-Geral em Brasília. Enfim, esses sistemas vão servir para controle de plantel e de sua movimentação; licenciamento de novos criadores e zoológicos; maior agilidade nos procedimentos; padronização e emissão de relatórios; comunicação *on-line* dos zoológicos e criadores com o IBAMA; orientação de prioridades, como eu falei, de ações fiscalizatórias; e otimização das vistorias realizadas. Ou seja, aqueles poucos recursos que a gente tem para realizar vistorias, dessa forma, vão ser orientados para otimizar mais a utilização desses meios. Aqui é uma idéia de relatórios que os sistemas podem emitir por situação, por ano, por categoria, por unidade da Federação, por um grupo de animais, por tipo de identificação, por sexo, enfim, há uma série de formas que esses sistemas hoje e a tecnologia nos permitem a velocidade e clareza nas ações desenvolvidas. Em frente. Nesta imagem mostro um pouco de cada sistema. Então, está sendo feito um sistema de cadastro de zoológicos. Estive aqui há alguns meses tratando de zoológicos e pude explicar isso com mais profundidade. É mais ou menos isso que eu falei aqui, só que é um específico para os zoológicos, vai se chamar SISZOO. Parece que sempre falamos: está quase pronto. Devo dizer que esses sistemas não são fáceis de construir, mas esse inclusive está em teste, hoje tem uma equipe nova nossa no zoológico de Bauru testando o sistema. Então, é uma coisa já quase que real. O seguinte, por favor. Esse é o Sistema de cadastro de criadores e mantenedores, que a gente vai chamar de SISCRIA. É a mesma coisa. Aqui é só um exemplo. Ele também está em fase final de elaboração e já em teste. Em frente. Esse é o SISPASS, que é um sistema de cadastro de criadores de passariformes. Como o nosso diretor falou aqui antes, existe essa cultura no Brasil há muito tempo e isso era feito de maneira — entre aspas — terceirizada pelas federações que tratam de passariformes. E o IBAMA, de 2 anos pra cá, passou a



trabalhar diretamente com os criadores e para isso desenvolveu um sistema que é o primeiro sistema em funcionamento. Talvez tenha sido o mais difícil de fazer, porque envolve um grande número de criadores e um grande número de aves ou de pássaros. Hoje, para os senhores terem uma idéia, são mais de 90 mil criadores amadoristas cadastrados no sistema, com mais de 1 milhão e meio de aves. E toda a movimentação dessas aves entre eles, individualizada por anilhas, tem que ser feita através do sistema. Então, é uma coisa bastante complexa. Deu muito trabalho, muita reclamação dos criadores, porque até colocar esse sistema em funcionamento não foi fácil. Mas com esse sistema em funcionamento tivemos a prova que há condições para fazermos sim os outros sistemas, os quais não serão mais simples, mas com um volume menor de animais e de criadores. Na coordenação temos ainda o processo de licenciamento. O Dr. Rômulo falou um pouco sobre as licenças. Essas são mais voltadas a acesso a patrimônio genético, mas emitimos também licenças com finalidade científica. A maioria delas são emitidas nos Estados pelas gerências do IBAMA e em Brasília ficam só as licenças para aquelas pesquisas que deverão ser realizadas em mais de um Estado ou com espécies ameaçadas. O restante é todo feito nos Estados. É bom ressaltar que essa área de fauna no IBAMA é bastante descentralizada, ou seja, Brasília realmente dá a coordenação, dá a direção, mas não executa. A maior parte da execução é nos Estados, nas nossas gerências. Por isso a importância desses sistemas de controle e acompanhamento, porque aí você tem o retorno ou o dado do que foi feito, em tempo real, o que permite o acompanhamento de tudo o que está acontecendo, bem como corrigir os possíveis erros ou desvios que venham a acontecer. Emitimos as licenças com finalidade científica, as licenças CITES, porque o Brasil é signatário das Convenção sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas. Então, emitimos também licenças, no que diz respeito à fauna, tanto de exportação como de importação. As licenças de exportação também não-CITES, ou seja, daquelas espécies que não estão nos anexos da CITES e licenças também para a realização de atividades relativas à fauna em áreas de empreendimentos. Ou seja, a diretoria de licenciamento do IBAMA dá licença de operação e instalação para um grande empreendimento, mas o acesso à fauna e o monitoramento, enfim, para tudo aquilo somos nós que emitimos licenças também. Para se ter uma idéia, mais um sistema está em desenvolvimento:



é o Pesquisa Net. Como nosso diretor falou, essas licenças que o pesquisador manda a gente analisa. Enfim, a gente tem conseguido dar bastante velocidade para isso, mas está sendo feito um sistema que tudo isso vai ser feito *on-line*: o pesquisador vai mandar pela Internet e vai receber pela Internet também, agilizando os processos dentro do IBAMA, com isso aumentando o controle e o aproveitamento dos dados gerados por essas pesquisas. Isso é muito pouco aproveitado dentro da casa. Aqui é um outro trabalho bastante delicado e difícil de se lidar, mas, com base na legislação hoje existente — como demonstrei no primeiro *slide* da minha apresentação —, existiu e continua existindo a necessidade sempre de regulamentar o conteúdo daquelas leis. Então, o IBAMA, há 2 décadas, tem feito um esforço grande para regulamentar essas leis. E aí demonstramos um conjunto de portarias e instruções normativas bastante grande, que, às vezes, vão se remendando. Não é nem uma crítica a quem fez tudo isso, até porque eu fiz parte também da elaboração de algumas delas, mas é o que foi acontecendo. De acordo com a demanda, com a precisão ou com a base legal que existia, foram-se detalhando procedimentos através de portarias e de instruções normativas. E hoje há um conjunto muito grande portarias e instruções normativas, de difícil até para os próprios funcionários da casa entenderem. Imaginem a dificuldade do usuário dos nossos serviços e, às vezes, da própria Justiça. Então, estamos fazendo um esforço grande de revisão e atualização e também de formulação de novas “IN” e portarias, ou seja, dessa regulamentação. O trabalho está praticamente pronto e deve ser submetido à consulta pública nos próximos dias, ou seja, para ouvir os usuários, a sociedade de uma maneira geral, sobre essas novas orientações que sairão nessas novas “IN”. Alguns setores vão reclamar um pouco, como acontece com tudo o que se faz, mas a gente está fazendo um esforço grande para mudar isso. É interessante deixar aqui bem claro que isso tem de sair concomitante aos sistemas, porque o próprio funcionamento do sistema tem de estar previsto dentro dessas normas. Por exemplo, quanto tempo um criador tem para registrar uma ave que nasce, lá, no criadouro? O que está lá no criadouro tem de estar no sistema, lançado quase que em tempo real. Peguei só um exemplo muito simples, mas tudo isso tem de estar previsto dentro das normas e isso deve ser feito concomitantemente. Estamos tentando fazer com que isso se torne realidade o mais breve possível. Aqui um outro problema grande que a gente



tem em nossos centros de triagem, recuperação e destinação de animais. São poucos e em estado precário. Temos um projeto grande para mudar essa realidade, mas falta dinheiro, falta investimento. Não é barato. Também não é caro, mas, para as nossas possibilidades, não temos condições. Aqui é um seminário que houve. Trabalhou-se na destinação de animais apreendidos. Vamos em frente. Não vou entrar em detalhes. Aqui uma operação que montamos para avaliar e vistoriar todos os zoológicos do Brasil, com resultado bastante interessante. Os dados demonstram quantos são públicos, quantos privados, enfim, uma série de dados que eu não vou detalhar. Esse dado aponta o total de zoológicos registrados, ou seja, só 45 dos 120 que existem hoje. Dos 120, 95 foram vistoriados. Alguns foram objeto de ajustamento de conduta, alguns tiveram que ser fechados e desativados, outros só fechados para visitação. Enfim, houve uma série de desdobramentos em cima dessa operação “Zôo Legal”. Temos exemplos de alguns zoológicos, enfim, o resultado da ação do “Zôo Legal”, para tentar deixar todos de acordo com que o manda a norma. Pode ir em frente. São resultados e detalhes. Nesta imagem está o exemplo do trabalho de manejo na natureza. Como falei, há espécies exóticas invasoras, a exemplo do javali, no Rio Grande do Sul; do caramujo africano, inclusive, ainda não no Brasil, mas em vários países já se constatou que é transmissor de doenças graves, além de dar prejuízos para algumas lavouras. É um programa novo, que começou este ano. Há vários outros projetos de controle também de espécies, que, às vezes, em algum lugar, estão com superpopulações: a capivara; a caturrita, no Rio Grande do Sul, que causa sérios prejuízos à agricultura. Aí já seria um outro extremo, em razão do desequilíbrio: às vezes têm demais ou em um lugar ou em uma região. Aqui algumas considerações finais, para encerrar. Sr. Presidente, o que eu queria abordar sobre a revisão e consolidação das normas, parte dela é feita pelo IBAMA, parte deverá ser feita ou assinada pela própria Ministra, pelo Ministério. Algumas, segundo nosso entendimento, deverão sair como resoluções do CONAMA, para onde já encaminhamos, inclusive aquelas mais complexas. Também o Congresso Nacional deve atuar na revisão da Lei dos Crimes Ambientais, como já abordado pelo nosso Diretor, no que diz respeito à tipificação do crime de tráfico. Acho também que deve haver diferenças. Vou apresentar, finalmente — e aí serve como provocação a esta CPI —, a gravidade da ação de traficantes, alguns



conhecidos há muitos anos, que são presos depois de operações de 2, 3 meses, mas que são rapidamente soltos, voltam lá e continuam traficando. Mas, enfim, isso é uma coisa que nós achamos fundamental. Então, desde o IBAMA, passando pelo MMA e CONAMA, chegando ao Congresso Nacional, todos têm que agir na revisão das normas. Quanto aos sistemas informatizados de controle, ressalto a importância dessa ação em que estamos investindo. Vão ser uma realidade, inclusive temos uma apresentação simulada do SISPAS, uma simulação de como funciona. Se os senhores tiverem interesse, depois, de ver isso, a gente pode em 10 minutos apresentar como funciona um sistema como esse. A qualificação e a intensificação da ação fiscalizatória pode ser objeto da apresentação do Dr. Flávio, que vai poder falar bastante quando ele vier aqui nesta CPI. Sobre a qualificação do corpo técnico e o concurso dos novos analistas o Diretor já falou. Aqui está a reforma e ampliação do CETAS. Aqui estão apresentados os procedimentos e protocolos de manejo, enfim, uma série de outras ações das quais já falei aqui, a exemplo da educação ambiental, que também tem a sua importância. Eu queria chegar agora no último *slide* e aí fazer uma provocação. Não sei se posso, mas essas duas espécies aí representadas, arararinha-azul e arara-azul-de-lear, são consideradas extintas na natureza. A primeira é endêmica, ocorre no interior da Bahia. Por ação principalmente de traficantes, ela não existe mais na natureza. Em cativeiros são pouquíssimas, a maioria fora do Brasil. É muito difícil trazê-la de volta. Essa outra arara, a arara-azul-de-lear, tem entre 400 e 500 na natureza, no interior da Bahia também, na região do Raso da Catarina, é objeto de tráfico e talvez seja, no momento, um dos animais mais procurado aqui dentro do Brasil, mais cobiçado. O Denner talvez possa falar um pouco mais sobre isso. Os traficantes são conhecidos por todo mundo, principalmente no interior do Nordeste, muito conhecidos por nome, apelido e tudo mais, acabaram com a arararinha-azul e são os mesmos que estão agindo no tráfico da arara-azul-de-lear. As ações de inteligência para persegui-los, ações da própria Polícia Federal junto com o IBAMA, se intensificaram. Este ano a gente prendeu um que havia sido preso várias vezes, em São Paulo, com 6 filhotes fêmeas dessa arara-azul-de-lear. Para se ter uma idéia, se ele estava com 6 fêmeas filhotes, imaginem quantas ele pegou para poder selecionar 6 filhotes fêmeas. Foi pego em São Paulo já a caminho do aeroporto. Lógico, no mínimo, ele estava



tentando retirá-las do País. É um velho conhecido do tráfico que continua solto. Foi preso, mas está solto de novo. Está lá na região e dá risadas na cara de todo mundo. É lógico que há muito comércio ilegal, isso é conhecido, mas aquele tráfico organizado é conhecido. É lógico que deve ter, enfim, traficantes novos e tal. Mas os velhos conhecidos de quase todos continuam soltos lá. As ações aumentaram, e vêm aumentando a cada ano, para coibir esse tipo de coisa. Mas prende, solta e eles voltam a agir. Fora isso, junto com essas que são as mais cobiçadas, imaginem com outras espécies o que eles devem fazer também. Sobre esse assunto, inclusive, na região onde ela ocorre tem uma estação ecológica federal, Estação Ecológica do Raso da Catarina. O IBAMA nomeou, agora, recentemente, inclusive, uma agente da Polícia Federal da região. Acho que é conhecida desta CPI, que já colaborou com a CPI, Agente Kilma. Eu sugeriria, inclusive, se os senhores acharem por bem, convidá-la a vir a esta CPI para dar detalhes, nomes, enfim, de como a coisa acontece lá e de tão grave que é. Muito ocorre, eu acho, por falta da própria base legal que tipifique o crime de tráfico. É preciso, realmente, colocá-los na cadeia e, enfim, fazer o que se deve com esses que são os velhos conhecidos do tráfico no Brasil. Era isso que eu tinha a dizer. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito obrigado, agradecemos a sua colaboração. Na seqüência, agregando as observações dos 3 conferencistas, passarei a palavra aos Deputados. Portanto, concedo a palavra ao Sr. Denner Giovanini, Coordenador da RENCTAS.

O SR. DENNER GIOVANINI - Exmo. Sr. Deputado Mendes Thame, Presidente da CPI; Exmo. Sr. Deputado Sarney Filho, Relator da CPI; Deputados e Deputadas; senhoras e senhores, boa-tarde. Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade e o convite para aqui estar nesta CPI e falar um pouco sobre a questão do tráfico de animais silvestres. Eu havia trazido uma apresentação em DVD, mas parece que não funcionou no sistema. Então, eu tive que improvisar aqui uma apresentação mais rápida, mais objetiva.

(Segue-se exibição de imagens.)

Entendemos que o combate ao tráfico de animais silvestres no Brasil, a biopirataria, tem que ser, antes de mais nada, uma discussão de política pública, o fortalecimento de uma política pública que envolva não só o Governo, mas que



tenha participação da sociedade, da iniciativa privada, dos pesquisadores, das ONGs e de todos os poderes que constituem o nosso País. Para esse esforço de construção de uma política pública, entendemos que a primeira parte a ser debatida diz respeito à legislação. As duas pessoas que me antecederam, o Dr. Rômulo Mello e o Dr. Ricardo Soavinsk, são pessoas as quais eu conheço há algum tempo. Acompanho o trabalho do Dr. Rômulo e do Dr. Soavinsk, sei o quanto são pessoas íntegras e empenhadas em encontrar soluções para resolver esses problemas ambientais. Mas, pelo que foi exposto pelo Dr. Soavinsk e pelo Dr. Rômulo, fica muito claro para nós que, antes de mais nada, existe uma necessidade de mobilizarmos o País, mobilizarmos a sociedade, no sentido de transformar a proteção ambiental em ação prioritária dos governos, seja o Governo Federal, sejam os Governos estaduais, sejam os Governos municipais. Infelizmente, no Brasil o meio ambiente não é uma prioridade. Não é prioridade, porque as conseqüências ambientais, os danos ambientais demoram a aparecer. E são necessários, como disse o próprio Dr. Rômulo e o Dr. Soavinsk, recursos. E os recursos vão prioritariamente para aquelas áreas que Governo entende necessitarem de medidas mais urgentes. Na abordagem feita pelo Dr. Rômulo e pelo Dr. Soavinsk, dois fatos me chamaram a atenção. Concordo absolutamente com o que foi colocado por eles: primeiro, a falta de recursos para, realmente, se construir uma unidade nacional na proteção da biodiversidade; segundo, a falta de integração das políticas que envolvem outros setores, e até outros Governos, os estaduais e os municipais, e também as dificuldades inerentes ao trabalho de fiscalização. Na questão da legislação, se me perguntarem se a legislação ambiental brasileira é boa, eu vou ter que dizer que é boa e não é boa. Ela é boa quando é uma legislação ampla, quando traz uma série de inovações e uma série de avanços no que diz respeito à proteção da biodiversidade; mas hoje ela não é boa, porque ficou uma legislação subordinada e imobilizada pelo Código Penal brasileiro. No que se refere aos crimes contra a fauna — se utilizarmos a Lei 9.605 —, as maiores penalidades que temos nessa lei, que são penas de detenção, vão até 1 ano e meio de reclusão. Porém, o Código Penal entendeu que crimes cuja pena seja de até 2 anos de reclusão são crimes de menor poder ofensivo. Isso praticamente inviabilizou o poder de repressão que a legislação ambiental tinha. Hoje, temos duas coisas, a primeira é o pagamento de



multas — que nunca são pagas, é bem verdade que se diga. Hoje, quando vejo 1 traficante ou 1 pessoa sendo multada pelo IBAMA, eu me pergunto quando é que aquele pessoa pensa em pagar aquela multa. E se ela não pagar, o que acontece? Não acontece absolutamente nada. No máximo, ela vai ficar impedida de negociar com o Estado, porque vai ter o seu nome no SIAFI. Mas, como os traficantes de animais silvestres não participam de licitação, não negociam com o Estado, eles estão pouco se importando de quanto será a multa, se vai ser de 10 milhões, se vai ser de 10 mil reais. Não significa nada para o traficante essa multa, ela não desestimula. Na realidade, ela acaba tendo efeito contrário, ela acaba estimulando, porque o que se vê são pessoas multadas e não acontece nada. Você só acha pessoas que cometeram crimes com multas no bolso, e até se vangloriando disso: *“Ah! Eu já fui multada “X” vezes”*. *“Ah! Eu fui mais do que você, já fui muito mais do que isso”*. Então, é isso que a gente vê. Isso acaba criando um desestímulo. O que acontece se a pessoa não pagar essa multa? Nada. A verdade é essa. Não existe um mecanismo que cause prejuízo financeiro, prejuízo econômico. Eu queria aproveitar e sugerir esse tema para o debate. Pode parecer brincadeira, mas as multas, no Brasil, se fossem de 50 reais por tráfico de animais — não precisava ser mais do que isso — e quem cometesse crime contra o meio ambiente tivesse o seu nome inscrito no SPC, que fosse impedido de abrir conta, de fazer crediário, de comprar a longo prazo, de movimentar conta bancária no banco, com certeza teríamos um efeito bastante presente no dia-a-dia do cidadão. Agora, um cidadão que recebe multa de 1 milhão de reais, ele simplesmente esquece aquela multa no fundo da gaveta, essas multas não são pagas. E pior ainda: esse dinheiro jamais é utilizado, ou pelo menos quase nunca é utilizado com o seu objetivo, qual seja recuperar o dano ambiental causado, porque esses recursos vão todos para um “fundão” do Governo e acabam nunca retornando aos órgãos ambientais, que poderiam ter benefícios com esses recursos para poder aplicar nos seus projetos e nas suas atividades, que hoje estão extremamente dificultadas por essa falta de orçamento. A segunda dificuldade que vejo na legislação, hoje, é essa separação que existe, esse distanciamento que existe entre o Código Penal e a legislação ambiental. Traficantes, hoje, no Brasil, são presos com animais raros, animais que valem milhares de dólares, dezenas de milhares de dólares, mas, quando vão



presos, o máximo que lhes acontece é fazer o termo circunstanciado e pagar no máximo 300 reais de fiança. Tenho conhecimento de que a maior fiança, em caso de tráfico de animais, aplicada no Brasil é de 350 reais, que é o máximo que a lei permite. E ele sai da delegacia muito mais rápido do que o agente ambiental que o levou à delegacia. Caso venha a ser condenado — e também é muito difícil um processo desse ter continuidade —, ele vai ser condenado a distribuir cesta básica, vai ser condenado a um serviço voluntário e isso também estimula a ação dos traficantes de animais. Então, nós temos hoje, no Brasil, uma legislação ambiental excelente, mas uma legislação ambiental que se viu amarrada pela regulamentação do Código Penal. Então, creio que temos duas sugestões: ou mexemos no Código Penal — o que acho que é muito mais difícil, porque há anos tenta-se mexer no Código Penal no Brasil —, ou mexemos na legislação ambiental para reforçar a aplicabilidade da legislação ambiental, no sentido de tornar essa legislação mais efetiva. Do jeito que está realmente temos uma dificuldade muito grande. Estou falando exatamente sobre a aplicação. Quer dizer, não adianta hoje termos uma boa legislação se não tivermos os instrumentos necessários para que essa lei seja aplicada de forma eficiente. Nos Estados Unidos, por exemplo, eles têm uma agência — e seria muito interessante que nós tivéssemos também — na área de meio ambiente. O Dr. Soavinski esteve lá há pouco tempo e pôde conferir. Lá há uma agência específica, chamada Law Enforcement, Agência de Aplicação da Lei, que cuida de todo esse sistema, esse mecanismo de fazer com que a lei funcione. É uma agência específica para aplicação de leis ambientais. Talvez, no Brasil, o Ministério do Meio Ambiente juntamente com o IBAMA e o próprio CONAMA poderiam pensar numa agência ou num comitê de aplicação da lei, para acompanhar a aplicação da lei e, quando ela não for aplicada, identificar onde estão os entraves dessa situação e principalmente disseminar a lei. Tenho visto o Congresso Nacional, desde o ano retrasado, quando fez a primeira CPI do Tráfico de Animais Silvestres, se esforçando para trazer contribuições extremamente importantes. Vejo aqui hoje diversos representantes do Poder Executivo que estão vivendo uma situação sufocante de ter que realizar sem ter condições. Mas muito pouco vejo o Judiciário ser convocado a fazer parte deste tripé de sustentabilidade legal de preservação, de proteção da fauna silvestre brasileira. O nosso Judiciário



sempre fica muito à parte. Então, eu acho que seria importante que a própria CPI pudesse trazer para esta discussão o Judiciário, chamar os nossos juizes, chamar os nossos promotores, os nossos representantes do Poder Judiciário, para que eles pudessem colocar a sua opinião, porque eles é que vão, na realidade, trabalhar com a lei que esta Casa vai fazer; eles é que vão aplicá-la, mas é necessário que a lei chegue aos nossos juizes, às pessoas que vão julgar os crimes com o mínimo de respaldo também, para que eles possam realmente entender o que significa a lei e entender qual é a diferença entre você roubar um toca-fitas e roubar um papagaio da natureza existe uma diferença muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Denner, você tem ainda mais 6 minutos.

O SR. DENNER GIOVANINI - Vou correr. A questão dos criadores...vejo com muito bons olhos o esforço que o IBAMA está fazendo com relação à questão de criadores no Brasil. Queria dizer que tem muitos criadores no Brasil que são muito sérios, mas, infelizmente, ainda temos muitos criadores que se utilizam da credibilidade de alguns para poder fazer uma série de usos indevidos no que diz respeito à nossa fauna. Isso, com certeza, também pode estar atrelado à questão da falta de recursos. Não vamos dizer que os criadores no Brasil hoje estão sendo fiscalizados porque, na minha opinião, não estão, porque não existem hoje condições técnicas, não existem recursos para isso, ou, se existem, está se fazendo pouco, precisaria se fazer mais. Esse é um ponto que acho extremamente importante abordar. Poderia me estender, falando só sobre esse ponto, porque é um ponto crucial no que diz respeito à conservação de nossa biodiversidade. Hoje vivemos a situação de que temos muito pajé e pouco índio. Por quê? Porque temos pulverizada, nas diversas esferas do Poder Executivo principalmente, a responsabilidade das questões ambientais. Temos hoje... se formos pegar um ponto específico, se você for hoje num aeroporto qualquer do Brasil, você tem pelo menos três ou quatro agências dentro desse aeroporto responsáveis direta ou indiretamente pela questão da fauna, e atuando muitas vezes em desarmonia. Às vezes, o que o IBAMA fala não é a mesma linguagem que o Ministério da Agricultura fala; não é a mesma linguagem que a FUNAI fala, no caso das terras indígenas; não é a mesma linguagem que a Receita Federal fala, ou que a própria Polícia Federal fala. No caso



de importação de fauna, por exemplo, é um problema seriíssimo hoje no Brasil. Você tem uma regulamentação por parte do IBAMA e, nos aeroportos e portos, onde não há presença física do IBAMA, você tem uma atuação de agentes do Ministério da Agricultura que se utilizam de suas próprias normatizações. Isso é muito fácil comprovar. Se você quiser hoje transportar um animal silvestre, você vai no Ministério da Agricultura e pergunta o que você faz. Você vai sair com uma orientação. Se você sair dali e for no IBAMA, você vai sair com uma orientação totalmente diferente. E as próprias pessoas que estão às vezes, encarregadas dessa fiscalização não sabem como agir. Falta harmonia, falta integridade nas ações de conservação da fauna brasileira. Isso eu acho extremamente importante, e seria um avanço muito grande se o Governo Federal pudesse ter alguma maneira de centralizar essas ações e harmonizá-las, colocar o IBAMA e o Ministério da Agricultura e dizer olha: *“Olha, eu sou o IBAMA e acho que tem que ter isso; eu sou o Ministério da Agricultura e acho que tem que ter aquilo”*. E vamos chegar num acordo do que realmente vamos querer fazer, porque não adianta o IBAMA ir lá e proibir a importação de avestruz se o Ministério da Agricultura vai lá e solta... libera, por uma série de questões que nem vale a pena falar. Mas a verdade é que isso está acontecendo muito no nosso Brasil. O próximo problema, que é um problema da mais séria gravidade, da mais importante atenção de todos, é o tráfico de animais inverso: são os animais que estão entrando no nosso Brasil, entrando de uma maneira absurda, contaminando espécies nativas com doenças trazidas do exterior. E o Brasil, nesse aspecto, está um País absolutamente fragilizado, porque é um País que tem no agronegócio uma grande fonte de sustentação da sua economia. E esse agronegócio hoje pode estar sujeito à disseminação de pragas, que podem provocar verdadeiras tragédias do ponto de vista econômico. O Brasil não suporta um caso da vaca louca, como aconteceu no Reino Unido, onde toda a produção bovina do país teve que ser eliminada. Vocês imaginem se isso acontecer no Brasil pela introdução de uma espécie invasora! A mesma coisa, a produção de frangos na China, se acontecer isso aqui no Brasil por causa de espécies invasoras. O Brasil precisa se atentar para essa situação, que é séria. Finalizando, queria dizer que o Governo sozinho não vai resolver o problema do tráfico de animais silvestres. Por mais investimento, por mais desejo que tenha de fazer isso, é a mesma coisa do



tráfico de drogas, enquanto houver demanda, vai haver traficantes de animais, seja com leis, sem leis, com organização, sem organização. Algumas espécies, ou grande parte das espécies de nossa fauna, hoje não suportam mais a pressão que vêm sofrendo dos traficantes de animais silvestres. E, se não houver esse esforço conjunto do Governo e da sociedade, nós realmente vamos perder essa guerra para o tráfico de animais silvestres. Estou correndo, tem muita coisa. Para finalizar, queria lembrar que no início da cadeia do tráfico de animais você tem um fator extremamente complicado, que é a base talvez dos grandes problemas do Brasil, e não é diferente no caso do tráfico de animais silvestres: é a pobreza, a miséria, são pessoas que às vezes não têm outra alternativa. Eu não estou aqui justificando essa atitude, mas é importante que se diga que são pessoas que hoje têm na natureza a única fonte de renda, a única oportunidade ainda de obter algum ganho para poder sobreviver. E não é a legislação, não é só a conscientização dessas pessoas que vai resolver. É preciso que o Estado se faça presente. Nós estaremos agora, no início do ano que vem, acredito que em janeiro ou março, lançando um documentário — fizemos parceria com a Guapuruvu Filmes. É um documentário para cinema sobre o tráfico de animais silvestres. E a gente ficou extremamente espantado com o que nós encontramos no Brasil. E nós priorizamos mostrar duas caras nesse documentário: a cara do traficante — e você fica extremamente indignado como os traficantes desrespeitam o Estado de Direito, e se orgulham de desrespeitar o Estado de Direito — e também as pessoas que estão lá, que tiveram voz, pessoas que estão nas florestas, nos rincões do Brasil, e que você pergunta: “*Você sabia que é crime?*” A pessoa: “*Sei, mas sei também que se eu não fizer, eu morro, vou morrer de fome*”. Então, é necessário que haja uma integração dos projetos sociais do Governo Federal para apoiar as iniciativas de conservação. Eu queria agradecer a oportunidade ao Presidente Mendes Thame e ao Deputado Sarney Filho. Ao Deputado Mendes Thame, que nos honrou com sua participação num evento que a RENTAS fez em São Paulo, representando a CPI. Lembro a todos nós que o Brasil está perdendo uma grande oportunidade de liderar uma reação internacional de proteção da biodiversidade, não só brasileira, mas do mundo. Porque, se existe uma coisa neste planeta de que o Brasil é credor é a questão ambiental. Os outros países dependem de nós. Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Convido o Deputado Sarney Filho para assumir a Presidência por alguns minutos, pois vou ter uma entrevista rápida com o Ministro Berzoini, e volto em seguida. Já temos aqui algumas perguntas, que vou deixá-las com o Deputado Sarney, para serem submetidas ao Dr. Rômulo, ao Dr. Ricardo e ao Dr. Denner. São três coleções de perguntas a serem submetidas. Estarei de volta dentro de alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Agradeço, em nome da Comissão, ao Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA, ex-Presidente do IBAMA, Dr. Rômulo José Fernandes de Barreto Mello; e ao Coordenador-Geral de Fauna do IBAMA, Ricardo Soavinski, que já foi também assessor do Ministro do Meio Ambiente. Ambos são antigos e competentes funcionários do IBAMA, que já vêm, ao longo de muitos anos, prestando serviços àquela instituição e ao País, com os quais tive o prazer de trabalhar como Ministro e de tê-los como colaboradores. Também agradeço ao Dr. Denner Giovanini, o Coordenador da RENCTAS, o mais premiado ambientalista brasileiro dessa última década. Ganhou o prêmio da ONU, que foi recebido das mãos do Secretário-Geral Kofi Annan. Seguramente, através do seu trabalho, da sua persistência e da sua organização, a RENCTAS conseguiu, em pouco tempo, ocupar um espaço que poucas organizações não governamentais conseguiram na história do ambientalismo mundial, principalmente no que diz respeito ao tráfico de animais silvestres. Acabei de saber agora pela assessoria da Mesa que está começando um processo de votação nominal. A rigor, nós deveríamos encerrar a sessão agora, mas vou ao plenário votar, enquanto o Deputado Hamilton Casara fica na Presidência. Desde já, passo às mãos de S.Exa. as perguntas feitas pelo Presidente — acredito que S.Exa. apenas as tenha de ler para que constem nos Anais — e as minhas perguntas dirigidas aos palestrantes. Nesse caso, vou ler logo as perguntas e, depois, passo a Presidência ao nosso querido Casara. Não podemos perder esta oportunidade. Pergunta dirigida ao Dr. Rômulo e ao Dr. Ricardo Soavinski. Quantos inquéritos administrativos são levados à efeito pelo IBAMA por ano? Destes, quantos dizem respeito ao tráfico de animais silvestres e quantos resultaram em afastamento e/ou demissões? Quais são os casos notórios? Quantos autos de infração são aplicados pelo IBAMA por ano? Destes, quantos são efetivamente pagos? Qual é a destinação dos recursos



auferidos em pagamentos de multas, autorização de desmates, licenciamento ambiental, empreendimentos, uma vez que diversas empresas privadas questionam a destinação desses recursos? O que V.Sa. entende que deveria ser ajustado o nome da política pública e da legislação no País para melhor controle da biopirataria e do tráfico de animais silvestres no Brasil? No caso das políticas públicas, por que o IBAMA não as vêm adotando? Quais os principais empecilhos e como contorná-los? Em depoimento a esta CPI, o Delegado Jorge Pontes teceu severas críticas ao fato de os peixes ornamentais brasileiros serem tratados como recursos pesqueiros, apesar de se destinarem à aquariofilia. Recentemente, foram apreendidas cerca de 190 caixas de peixes ornamentais no Aeroporto Internacional de Manaus. Há suspeitas de envolvimento de servidores do IBAMA? O que ocorreu com as empresas envolvidas? Que atitudes a entidade vem adotando ou pretende adotar contra esse conhecido tráfico de peixes ornamentais? Em relação à propostas constantes do relatório final da CPI, que providências foram tomadas pelo IBAMA no que tange ao tráfico de animais silvestres? Aqui estou-me referindo à CPI anterior a esta, à primeira CPI do tráfico de animais silvestres, cujo relatório já é público há muito tempo. Que atitudes o IBAMA adotou contra as rotas de tráfico então apontadas? Qual a atitude do IBAMA frente ao explícito comércio de animais silvestres em feiras livres silvestres, *pet shops*, criadores, “zoológicos” — entre outras — ilegais, entre outros locais? Como conscientizar a população brasileira para não adquirir animais silvestres e encorajá-la a denunciar sua captura, transporte e comércio clandestino? A implantação e ampla divulgação de um disque-denúncia do tipo SOS Fauna Silvestre não seria uma boa medida? A Lei de Crimes Ambientais estatui, em seu art. 68, o seguinte tipo penal: “Art. 68 - Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental”. V.Sas. já presenciaram ou tiveram notícia de servidores acionados na Justiça, por omissão no dever legal de fiscalização, com base nesse dispositivo legal ou em outros referentes a crimes contra a administração ambiental? Essa pergunta eu tenho feito para todos. V.Sas. têm notícias acerca de pessoas físicas ou jurídicas que, incluindo ONGs de fachadas sobre as quais pairam suspeitas relacionadas à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres no Brasil e que deveriam ser investigadas por esta CPI? Essas são as perguntas as quais eu já li. Aqui tem umas



básicas. Houve pequenas modificações. Vamos passar depois. Ao Dr. Denner Giovanini, nosso coordenador da RENCTAS. Quais são as fontes de recursos da RENCTAS? Em que são eles aplicados? O que V.Sa. entende que deveria ser ajustado, no âmbito das políticas públicas e da legislação no País, para um melhor controle da biopirataria e do tráfico de animais silvestres no Brasil? Quais os principais empecilhos e como contorná-los? Que medidas poderiam ser adotadas, para prestigiar as ONGs, voltadas à proteção do meio ambiente e reprimir as organizações de fachadas que, por muitas vezes, até encobrem ações de biopirataria e de tráfico de animais silvestres? Qual é o fundamento da afirmação, disponível no *site* da RENCTAS, de que de cada dez animais silvestres traficados, nove morrem durante a captura ou o transporte e apenas um chega ao seu destino final? Que atitude o IBAMA e a Polícia Federal deveriam adotar frente às conhecidas rotas de tráfico de animais silvestres e ao explícito comércio desses animais em feiras livres, *pet shops* e “criadouros/zoológicos” ilegais, entre outros locais? De acordo com o *site* da RENCTAS, existem inúmeros animais em poder de criadores particulares — aí diz o nome aqui das pessoas, e não me interessa isso agora — inclusive fora do País. De acordo com a convenção internacional sobre o comércio de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção, não caberia ao Brasil solicitar o repatriamento das araras em cativeiro no exterior? Como conscientizar a população brasileira para não adquirir animais silvestres e encorajá-la a denunciar a sua captura, transporte e comércio clandestino? A implantação e ampla divulgação de um disque-denúncia do tipo SOS Fauna Silvestre não seria uma boa medida? V.Sa. tem notícias acerca de pessoas físicas ou jurídicas incluindo ONGs de fachadas sobre as quais parem suspeitas relacionadas à biopirataria, ou tráfico de animais silvestres no Brasil e que deveriam ser investigadas por esta CPI? Esse conjunto de perguntas aqui nós tínhamos mudado nossa sistemática, e estávamos exigindo as respostas imediatamente. Mas eu entendo que — por força desta quarta-feira já termos começado o processo de votação nominal, e também porque nossa agenda está cheia, e temos outras perguntas dos outros Deputados já inscritos e do próprio Presidente — seria um bom procedimento que as perguntas repetidas fossem respondidas aqui, se houver tempo, e, aquelas que não, depois, num prazo de até uma semana, nós gostaríamos que essas respostas aqui viessem.



A primeira questão foi dirigida à RENCTAS — uma entidade pela qual tenho maior respeito, profundo carinho e admiração. Só para não pensarem que é um ato quando a gente procura às vezes a fonte de recursos, toda ONG que for convocada aqui nós vamos fazer esse tipo de pergunta, para que não pare dúvida a respeito. A RENCTAS é uma ONG companheira e reconhecida internacionalmente, portanto, é apenas para nós não fazermos nenhum tipo de exceção. Essa pergunta, evidentemente, não precisa ser respondida agora. Mais tarde pode ser respondida, por escrito, apenas para cumprir uma norma da nossa assessoria de correção nos debates. Passo a Presidência ao nosso Deputado Casara — desculpa, Casara, estou tão apressado que já nem sabia mais o nome do meu querido amigo e ex-Presidente Casara — para que possa presidir nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Dando prosseguimento aos trabalhos, desejo, mais uma vez, reforçar as palavras do Deputado Sarney Filho de que as perguntas não respondidas neste ato terão o prazo de uma semana para que os expositores possam fazê-las. Vamos passar para os questionamentos do Presidente Thame.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Com todo respeito ao nosso Presidente Mendes Thame, como ele está com as perguntas escritas, e estou inscrita para fazer uma pergunta, e nós estamos em processo de votação, poderia fazer o meu questionamento — claro contando com a benevolência do Presidente — aos palestrantes e me dirigir ao plenário para votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Vamos inverter a ordem, Deputada Thelma, V.Exa. que sempre tem sido uma excelente colaboradora com esta Comissão. Passo a palavra a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Obrigada, Sr. Presidente. Primeiro, desejo parabenizar os palestrantes. Sou Deputada por Mato Grosso, que é um dos Estados que temos três ecossistemas. Como esta Comissão da Biopirataria me interessa muito, desejo solicitar aos palestrantes e ao nosso Presidente que



podéssemos ter acesso ao material, especialmente o do Denner que não pôde expor na sua totalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Fica autorizada a assessoria a disponibilizar para todos os Deputados membros da Comissão o material de todos os expositores.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Inicialmente, reforço as palavras do Denner, quando ele diz a respeito de transformar a questão ambiental numa prioridade do Governo. Nós participamos também da CPI de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes, e entendemos que são os entes mais frágeis que nós temos: as nossas crianças, os nossos adolescentes, e também a nossa fauna e a nossa flora. Infelizmente, nós não temos visto essa questão de prioridade no Governo, além dessa desarticulação que vem acontecendo em todas as esferas. Estamos sentindo isso muito no Estado do Mato Grosso. Em Mato Grosso, recentemente, queimou-se, na cidade do Guarantã, o escritório do IBAMA, exatamente porque há uma desarticulação das ações, e a população não sabe a quem se dirigir para exigir a responsabilidade do problema que lá vem acontecendo. Lá é um caso específico com relação às madeiras e à retirada da madeira da região. Referindo-me à palestra feita pelo Dr. Ricardo — que está atrás de mim —, quando citou a existência de um centro especializado de fauna, em que inclui a questão dos jacarés e um programa para controle de capivara. O que me preocupa é a criação de jacaré no pantanal. Eu não sei se há um acompanhamento do IBAMA, mas há dentro do pantanal superpopulação de jacarés e, e não sei como é que está sendo conduzido esse programa dentro do pantanal, especialmente no nosso, que não é Mato Grosso do Sul, é Mato Grosso. Ele disse que existe toda uma proposta de controle, de criatório e tudo o mais, mas lá eu acho que há um problema de equilíbrio com relação à superpopulação de jacarés. Isso eu realmente gostaria de saber e de verificar o que está acontecendo. Com relação ao Denner, quando ele fala do agronegócio, também envolve o Mato Grosso. O Estado do Mato Grosso deu um salto muito grande em relação ao agronegócio, cresceu muito. Agora, aqui eu coloco a questão da gestão descentralizada. O grande problema do Estado é exatamente porque não há uma política, não só uma política de desenvolvimento sustentável para a região, especialmente no que tange à BR-163,



que, segundo as últimas informações, vai ser concluída agora, vai ser toda pavimentada. Essa é uma questão polêmica que envolve os organismos ambientais e envolve próprios setores do Governo. Agora, o que nós colocamos é o seguinte. Recentemente, o Dr. Frederico Muller, que foi ex-Secretário de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso, implantou — e que funcionou muito bem — nos anos de 2000 a 2002, todo um programa de fiscalização e monitoramento, que era feito por via satélite, pela Internet, o que iria inclusive garantir não apenas a eficiência na fiscalização, mas iria também garantir a transparência, e a sociedade poderia então acompanhar todo esse processo. No entanto, isso foi abandonado pelo Governo atual do Estado do Mato Grosso e também pelo próprio Governo Federal. Desejo indagar aos Diretores do IBAMA: por que esse projeto não foi assumido pelo Governo Federal? No Estado do Mato Grosso não foi assumido porque houve uma mudança de Governo, então, abandonou-se o projeto. Mas, foi um projeto que, embora, com o agronegócio, foi um período que o Mato Grosso mais cresceu, e cresceu com todo um processo de garantia do desenvolvimento sustentável da região. Desejo saber, Sr. Presidente, dos Diretores do IBAMA, se existia uma experiência exitosa, por que a essa experiência não foi dada continuidade, para que pudéssemos ter garantia de melhoria da qualidade de vida e, ao mesmo tempo, do desenvolvimento econômico da região, que é também importante. Para encerrar, a questão do meio ambiente é muito parecida com outro setor que atuamos, que é o da criança e do adolescente, que precisa realmente ser prioritária dentro do Governo. O próprio Dr. Ricardo disse que alguns programas não são implantados por falta de recursos financeiros. E concordo também com essa questão de criminalizar. Inclusive, Sr. Presidente, na CPMI da Exploração de Crianças e Adolescentes de forma conjunta, os Parlamentares — lá era uma Comissão Parlamentar Mista — apresentamos projetos de alteração do Código Penal exatamente para criminalizar os exploradores e abusadores das nossas crianças e adolescentes. Deixo também como sugestão para a nossa CPI, que fizesse isso de forma conjunta. Porque também conseguimos a tramitação conjunta desses projetos na Câmara e no Senado, para possibilitar agilidade na aprovação deles. Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Deputada Thelma de Oliveira, do PSDB do Estado do Mato Grosso, nós agradecemos a sua intervenção. Convido os Drs. Rômulo Mello e Ricardo Soavinski para tomarem assento à Mesa. Dando continuidade, antes de passar a palavra ao Deputado Lupércio Ramos, do Amazonas, quero lembrar à Assessoria da importância da colocação feita pelo palestrante Dr. Ricardo Soavinski sobre a necessidade de nós convidarmos a Chefe da Estação Ecológica do Rasgo da Catarina, no Estado da Bahia, funcionária do IBAMA, Sra. Kilma. Antes eu gostaria, antes de passar a palavra, tomado assento o Dr. Rômulo e o Dr. Soavinski, e antes de passar às perguntas do Presidente Mendes Thame, eu gostaria de fazer algumas colocações e perguntas aos palestrantes. Iniciando pelo Dr. Rômulo, eu gostaria de saber, tendo a informação de que essas perguntas terão até uma semana para a sua resposta, caso esteja impossibilitado de fazê-lo neste momento. Dr. Rômulo, quero saber qual o tamanho do orçamento do IBAMA e qual a destinação da fatia orçamentária para a Diretoria de Fauna do IBAMA. A pergunta nº 2 é se as concessões para as instituições de pesquisas nacionais encontram-se regulamentadas quanto à manipulação de produtos e subprodutos e ao tempo de concessão. Três, gostaríamos de ter também para subsidiar esta CPI a arrecadação do IBAMA nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004, particularmente, a partir de 2002, o delta a mais que tivemos em cima da arrecadação do IBAMA. Pergunta nº 4: quantas divisões já foram consolidadas até a presente data, divisões de fauna, divisões, gerências ou outra modalidade na estrutura do IBAMA, dentro das gerências executivas distribuídas por todo território nacional? Pergunta nº 5: existem programas multissetoriais ou multiinstitucionais para o combate à biopirataria? Vou distribuir em seguida uma cópia das perguntas para o Dr. Rômulo, o Dr. Ricardo Soavinski e para o Denner Giovanini. A primeira pergunta do Presidente Mendes Thame destinada ao Dr. Rômulo: a RENCTAS, através de seu Coordenador, o Sr. Denner Giovanini, tem denunciado que países que fazem fronteira com a Amazônia exportam milhões de alevinos de peixes ornamentais de espécies não nativas, sugerindo que possa estar ocorrendo um assalto à biodiversidade brasileira. Quais as providências que estão sendo tomadas, no âmbito do IBAMA, para combater esse crime ambiental? Pergunta nº 2 do Presidente Mendes Thame: a EMBRAPA, juntamente com o IBAMA, firmou



recentemente parceria com a Itália, envolvendo o Ministério da Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente pela parte brasileira. Segundo o que foi divulgado, essas 3 instituições pretendem fazer um rastreamento de produtos, usando como ferramenta a biologia molecular. Pergunta: quem domina essa tecnologia? O Brasil ou a Itália? O programa prevê a transferência dessa tecnologia? Em que condições de contrapartida? Perguntas ao Dr. Ricardo Soavinski. Em 2003, uma delegação indígena da etnia Katukina reivindicou junto ao Ministério do Meio Ambiente os direitos de propriedade sobre o princípio ativo da secreção do sapo kambo. A questão foi encaminhada ao IBAMA e ao CGEN, que, pelas prerrogativas estabelecidas pela MP nº 2.166, regulamenta a bioprospecção e o acesso a recursos naturais. Em que fase está esse pedido de patente, visto que os outros interessados, como a ONG Amazonlink, reivindicam o mesmo filão? Pergunta nº 2 ao Dr. Soavinski: na CPI destinada a investigar o tráfico de animais silvestres e de plantas silvestres da fauna e da flora brasileiras, realizada no final da legislatura passada, foram apontados no relatório — acredito que esta o Deputado Sarney Filho já fez —, foram identificadas no relatório final 12 rotas de tráfico de animais silvestres, 17 pontos de captura e 11 pontos de venda de animais silvestres, tanto na Amazônia Legal como em terras indígenas. Quais as providências que foram tomadas desde então, no âmbito de sua área, para coibir ou inibir tamanha agressão ao patrimônio ambiental brasileiro? Pergunta nº 3: um assessor desta CPI, chegando ao aeroporto de Brasília, perguntou a um taxista onde ele poderia adquirir alguns animais silvestre, ao que lhe foi indicada a Feira do Rolo, na Ceilândia, com a garantia de que não haveria nenhum problema com a fiscalização. Se na Capital da República o tráfico existe e desafia as autoridades, se projetarmos esses crimes ambientais para os 8 milhões de quilômetros quadrados que compõem o Território Nacional e suas fronteiras, como o IBAMA pode garantir à sociedade o cumprimento de suas funções? Perguntas destinadas ao Sr. Denner Giovanini: com apenas 5 anos de existência, a RENCTAS acumulou um rol de ações positivas que a tornaram uma referência no combate ao tráfico de animais silvestres. Considerando a experiência internacional dessa ONG, quais as medidas que poderiam ser adotadas pelos órgãos ambientais brasileiros no sentido de proteger melhor nossa biodiversidade? Pergunta nº 2: recentemente, a RENCTAS apresentou ao Brasil sua



pareceria com o grupo Itapemirim, visando o combate ao tráfico de animais silvestres. Quais são os mecanismos que serão utilizados nessa iniciativa para proteger a nossa biodiversidade? Pergunta nº 3: pelo *site* da RENCTAS, nota-se o prestígio, a credibilidade e a nobreza de suas ações, que lhe valeram parcerias com inúmeras empresas e órgãos governamentais. Em sendo uma ONG sem fins lucrativos e de utilidade pública federal, qual o orçamento anual dessa entidades e quais as suas principais fontes de receita? Pergunta nº 4 e última: o Sr. Denner tem conhecimento de alguma pessoa física ou jurídica, incluindo autoridades governamentais, que estejam contribuindo de forma direta ou passiva para a manutenção do tráfico de animais e que deveriam ser chamadas para depor em audiências públicas nesta CPI? Bem, pela ordem, vamos passar a palavra ao Sr. Rômulo.

O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO - Sr. Presidente, fiz o registro de algumas observações; agora, dada a complexidade e extensão das perguntas, entendemos que é importante que nós nos manifestemos por escrito na CPI, não só em função da complexidade das perguntas, mas com relação também à necessidade de precisão de dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - De acordo, Sr. Rômulo. V.Sa. terá o prazo de até uma semana para apresentar tais documentos.

O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO - Eu só vou fazer uma abordagem rápida no que diz respeito à questão orçamentária. O orçamento total do IBAMA está em torno de 600 milhões, dos quais 350 milhões são destinados ao pagamento de pessoal e 250 milhões ao custeio da instituição. Desses 250 milhões, cerca de 6 milhões são gastos com fauna e, desses 6 milhões, cerca de 4 milhões são gastos em manutenção das unidades administrativas e 2 milhões e 200 mil nas atividades técnicas finalísticas efetivamente. No que diz respeito à questão de pesquisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Sr. Rômulo, só para melhor esclarecimento dos senhores Deputados e Deputadas aqui presentes, desses 2 milhões, V.Sa. poderia detalhar... Pelo que podemos observar na sua fala, há os projetos de pesquisa destinados à área de fauna e à área de controle, monitoramento e fiscalização, voltados para o combate ao tráfico. V.Sa. teria, neste



momento ou posteriormente, a condição de detalhar ainda a aplicação desses 2 milhões, apenas para uma avaliação mais aprofundada desta Comissão?

O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO - Só para especificar, desses 2 milhões não estão identificados os recursos de combate ao tráfico, ou seja, a ação de fiscalização não está identificada aqui. Nós temos condições de posteriormente informar precisamente os recursos que são aplicados na área de fauna. Com relação às autorizações de pesquisa, no que diz respeito ao desenvolvimento do conhecimento, ou seja, pesquisas que não estão associadas à bioprospecção, as autorizações são concedidas pelo IBAMA, e nós estamos procurando a modernização dos sistemas. Afirmei, na minha fala, que nós não temos conhecimento de mais de 5% do que é utilizado pelo desenvolvimento do conhecimento, dada a forma arcaica que são os instrumentos de controle. Então, há até hoje uma reclamação muito grande dos pesquisadores de que uma licença demora muito para sair e, na realidade, poucos são os pesquisadores que pedem licença. Então, nós estamos mudando o processo, buscando um sistema informatizado, onde o pesquisador vai fazer a solicitação da sua pesquisa através da Internet e vai receber a sua autorização através da Internet. Com isso, nós deixamos de ser simplesmente cartoriais e passamos a ter a gestão da informação. O que quer dizer gerir a informação? Nós vamos poder saber precisamente quem está pesquisando e o que está pesquisando no Brasil e quem está coletando material biológico. Essa informação, aí, sim, num segundo passo, é crucial para que as áreas de controle e fiscalização do IBAMA possam ter um trabalho efetivo e acompanhar efetivamente o que está acontecendo e identificar os casos de tráfico de material biológico, quando ocorrem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) – O.k., Dr. Rômulo. Mais alguma complementação?

O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES DE BARRETO MELLO - Eu acho que as outras informações, dada a especificidade das perguntas, é fundamental que a gente responda por escrito. Por exemplo, no que diz que respeito à questão das divisões de fauna. Na realidade, nós temos os centros de fauna, bem estruturados, e temos a proposta de estruturar nas gerências os núcleos de fauna e recursos pesqueiros. Alguns estão razoavelmente estruturados, mas formalmente não,



porque, na realidade, a estrutura formal do IBAMA só chega ao nível das gerências, e o IBAMA hoje está passando por um processo de avaliação de sua estrutura e isso está sendo considerado. No que diz respeito às perguntas — e aí, Sr. Presidente, peço desculpas, mas nas outras eu gostaria de responder por escrito — feitas pela Deputada, no que diz respeito a Guarantã... Em Guarantã houve uma invasão do escritório em função de um acirramento na região em função do controle ao desmatamento. Então, o IBAMA, desde o ano passado e em parceria com 13 Ministérios, o Ministério do Meio Ambiente e 13 outros Ministérios, está implementando o Programa de Combate ao Desmatamento e, nessa perspectiva, houve uma série de medidas tomadas de restrição aos desmatamentos ilegais. Então, isso levou a um acirramento. Daí a dificuldade específica de separar o que é desmatamento ilegal de um desmatamento efetivamente autorizado. A segunda pergunta foi... A senhora pode repetir a segunda? Com relação ao jacaré, o Ricardo vai fazer uma outra que a senhora fez. A senhora fez uma outra...

(Intervenção inaudível.)

O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES DE BARRETO MELLO - Ah, sim. Com relação ao controle. O Governo anterior, no Mato Grosso, desenvolveu um sistema de controle ao desmatamento e queimadas. Na época, se chamou de licenciamento ambiental rural. Com a mudança de Governo no Estado, houve um arrefecimento do programa no plano estadual. No plano federal, esse programa está crescendo e, a partir deste ano, nós vamos ter um controle efetivo dos desmatamentos e queimadas e autorizados com o sistema de controle e monitoramento por satélite. Cada autorização tem a sua identificação, a sua área identificada através de geoprocessamento e vai-se permitir um controle maior. A vantagem que houve no Governo anterior no Mato Grosso é que esse controle foi feito somente para os grandes, somente para projetos acima de 200 hectares, se não me engano, e a idéia agora é fazer em 100%, só que sem ônus para o pequeno, porque obviamente nenhum pequeno produtor de 5 hectares tem condições de contratar um consultor para que vá na propriedade dele identificar, mapear, marcar, geoprocessar a área dele. Então, nós vamos fazer isso. Esse é um trabalho que vai ser feito, estimulado pelo próprio Estado, desonerando o pequeno produtor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Dr. Rômulo Mello, esta Presidência agradece sua participação. Passamos a palavra ao Dr. Ricardo Soavinski.

O SR. RICARDO JOSÉ SOAVINSKI - Bem, com relação à pergunta da Deputada sobre os jacarés, há anos o IBAMA tem um programa de criação de jacarés no Pantanal, com a retirada de um percentual de ovos, de ninhos, para criação em cativeiro e o comércio da pele e da carne. Isso vai bem, enfim, não temos tido grandes problemas. É até uma maneira também de controle dessa superpopulação existente. Temos recebido reclamações de vários Estados, não só daqueles que compõem o Pantanal, mas da Amazônia também, de superpopulação de jacarés, inclusive de ataques às populações, às crianças, enfim, em vários lugares. No sentido de saber realmente se há essas superpopulações e estudar a possibilidade de manejo na natureza, ou seja, não só capturar ou pegar os ovos para criar em cativeiro, estamos desenvolvendo, em parceria com algumas outras instituições, um experimento de manejo na natureza, que está iniciando agora, um no Pantanal e outro na Amazônia, mas a título experimental, ao mesmo tempo em que se está fazendo um levantamento populacional dos jacarés tanto na Amazônia como no Pantanal. Ele tem que ser a título experimental, porque a própria lei de fauna não permite um manejo na natureza com finalidade comercial. Então, estamos fazendo juntamente uma pesquisa populacional e ao mesmo tempo um manejo experimental. Esses resultados devem, inclusive, fundamentar a própria revisão da legislação, um no Pantanal e um na Amazônia.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Eu pergunto, porque o Pantanal é enorme. É na nossa região ou no...

O SR. RICARDO JOSÉ SOAVINSKI - Não, é no Mato Grosso do Sul.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Porque senão os peixes vão acabar, vai acabar tudo, porque realmente está grave a situação. Eles estão atacando realmente. Recentemente, num período em que estávamos lá, eles atacaram um senhor que estava na beira do rio, o que antes não era muito normal. Por isso que a gente está um pouco preocupada.

O SR. RICARDO JOSÉ SOAVINSKI - Mas, enfim, há essas ações em curso justamente no sentido de tentar não só resolver o problema dos ataques, o que é



muito difícil. Por mais que diminua a população, isso sempre pode acontecer, é um risco. Realmente, se houver um manejo bem feito, pode ser mais uma fonte de renda para essas populações que vivem nesses lugares. Acho que é uma boa saída, mas precisa ser feito com muita fundamentação técnica e um bom acompanhamento, um treinamento dessas comunidades para as próprias avaliações e para o uso dentro dos limites sustentáveis.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, com a sua licença, e aproveitando o Dr. Rômulo, tivemos ontem uma reunião com mais de 20 Prefeitos da região do Nortão, que é principalmente onde pega a BR-163 e onde foi feito, no Governo passado, esse projeto de monitoramento e fiscalização. Parece-me que agora, para o ano que vem, está prevista a pavimentação, a retomada. Esse projeto de monitoramento vai estar fazendo esse trabalho com todos os produtores, sejam eles pequenos ou grandes, e com a própria sociedade. Numa palestra que o Dr. Frederico Müller fez quando esteve aqui, ele colocou de forma muito contundente que, se não houver uma proposta nesse sentido, realmente vai haver a destruição de todo o redor da BR-163. Então, nossa preocupação é saber se isso já está programado, se já está pronto, para que a gente possa tranquilizar toda a sociedade.

O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES DE BARRETO MELLO - O processo de pavimentação da BR-163 está em fase de licenciamento no IBAMA. Há um grupo interministerial criado para discutir o assunto. Será colocado como medida de mitigação da pavimentação da BR-163 a criação de várias unidades de conservação naquela região. Esses outros processos de controle e monitoramento também estão servindo como condicionantes da pavimentação. Então, com certeza, até em função do interesse em fazer estrada de determinadas áreas de Governo, a área ambiental terá o suporte necessário para fazer esse processo de controle.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Muito obrigado, Dr. Rômulo. Dr. Ricardo Soavinski, quer concluir a sua explanação?

O SR. RICARDO JOSÉ SOAVINSKI - Bem, há várias perguntas por escrito aqui que eu acho que o Dr. Rômulo já fez a explicação que nós vamos mandar por escrito. Há 3 que foram colocadas aqui como para mim que eu preferia também mandar por escrito, até porque ela não é exclusiva da nossa área, diz mais respeito



a outros setores dentro da casa do que da própria Diretoria, da Coordenação Geral da Fauna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Muito obrigado, Dr. Ricardo Soavinski. Esta Presidência agradece sua participação. Dando prosseguimento aos trabalhos, antes mesmo de passar a palavra ao Deputado Lupércio Ramos, do PPS do Amazonas, queremos fazer mais uma pergunta que ficou, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, nosso Presidente, destinada ao Dr. Rômulo Mello: "Quantos escritórios de faixa de fronteira, destinados ao combate do tráfico de animais silvestres, o IBAMA detém na sua estrutura ou em parceria com outros órgãos federais?" Podendo responder também, se quiser, no prazo de uma semana. Passamos a palavra agora ao Deputado Lupércio Ramos.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, vou elaborar apenas duas perguntas e de forma muito prática, muito simples. Como os nossos convidados têm prazo e se assim o quiserem podem responder por escrito, eu gostaria de participar também desta explanação, até para que pudéssemos, daqui para frente, procurar estabelecer, Sr. Presidente, determinados parâmetros e reconhecer determinadas ações. Que essas ações possam se tornar não só da sociedade, mas do Governo, em benefício de uma determinada população que vive à margem dos nossos rios na Amazônia e à margem de toda atenção, pelo menos nos últimos anos, do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Eu vou me ausentar para votar. Neste momento, assume a Presidência a Deputada Thelma de Oliveira. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS - Pois não, Deputado. Mesmo antes da ausência de V.Exa., quero reconhecer que o IBAMA começou a mudar um pouco a partir da permanência de V.Exa. como Presidente naquele órgão, que conheceu a região do Alto Solimões, com seus problemas graves, muitos deles afetados e ampliados pela ação do IBAMA. Hoje o IBAMA começa a rever algumas posições, e o Estado do Amazonas, por exemplo, tem sido um Estado privilegiado, nos últimos dois anos, por uma nova visão do IBAMA. Eu quero, Sra. Presidenta, dizer o seguinte: na minha região, na região do Alto Solimões, hoje a mesorregião do Alto Solimões, no Estado do Amazonas, para que pudéssemos ter algum voto para



Deputado Federal, precisávamos criticar o IBAMA, precisávamos bater no IBAMA. Era tão forte o repúdio que a população ribeirinha tinha ou tem ainda de algumas ações do IBAMA que nos sentimos sem conforto num discurso na região do Alto Solimões. Nós entendemos que o papel do IBAMA é extraordinariamente importante, sob o ponto de vista de preservação e de equilíbrio da natureza. Principalmente nós, que vivemos na Amazônia, reconhecemos isso. Acontece que, ao longo dos últimos anos, o IBAMA teve apenas, pelo menos naquela região, um caráter coercitivo. Usava por demais o seu poder de polícia. O Governo Federal nunca implantou na região um contraponto, um órgão que pudesse conscientizar e educar a população, que tradicionalmente tira sua sobrevivência da natureza. Para nós, até há pouco tempo, falar do IBAMA era um sacrilégio. Todo mundo tem ódio, não entende e foge. Esta era a realidade, mas hoje, Sr. Presidente, acompanhando com muita atenção a exposição do Dr. Ricardo, eu percebi que o Dr. Ricardo realmente quer trazer um novo momento desta parceria do IBAMA ou do Governo com a sociedade e, principalmente, a população ribeirinha mais empobrecida. Sra. Presidenta, no sábado passado, no Parque Ecológico Mamirauá, foram abatidos os primeiros 40 jacarés, o que foi, por sinal, motivo de exploração da mídia e até de um certo regozijo de uma comunidade ribeirinha que hoje tem o plano de manejo no Parque Mamirauá. O plano de manejo começou com o Pirarucu. Hoje, está se estendendo para o Jacaré, porque, Sra. Presidente, só no Mamirauá, segundo os levantamentos, não sei até que ponto nós podemos confirmar esses números, mas, naturalmente, devem ser números bem aproximados da realidade. Só no Mamirauá, temos aproximadamente 1 milhão de jacarés adultos. Nós somos 3 milhões de seres humanos no Estado do Amazonas, e dizem que são mais de 6 milhões de jacarés no Estado do Amazonas. O jacaré, como disse o Dr. Ricardo, tem um potencial econômico, como tem o pirarucu e uma série de animais da nossa região, da nossa fauna. Então, eu quero parabenizar porque o IBAMA, no Amazonas, hoje, está acompanhando de perto não só o plano de manejo do jacaré, do Pirarucu, mas também o plano de manejo florestal. O Estado do Amazonas já adquiriu 100 planos de manejos da floresta para extração da madeira. Isso com um estudo profundo, com acompanhamento técnico, dentro, portanto, do que recomenda a ciência e a técnica. Espero que o IBAMA nacional continue dando esse apoio às regionais,



porque, a partir daí, vamos começar a mudar essa mentalidade que a população ribeirinha tem do IBAMA e que também a sociedade brasileira tem a respeito da Amazônia. Queremos discutir que nós precisamos, mais do que nunca, preservar a Amazônia. Isso é indiscutível. Precisamos preservar a floresta e o meio ambiente. Isso é necessário para o País, para São Paulo, Rio de Janeiro, para os países da Europa, para os Estados Unidos, para quem está na Ásia. É importante a preservação da Amazônia, mas é importante também que o resto do País, que o mundo, entenda que nós somos quase 20 milhões de seres humanos na Amazônia e que boa parte desses seres humanos têm uma cultura e uma tradição baseadas na floresta. E aqui eu quero questionar: por que nós ainda temos que ter um período de proibição — e eu entendo que é na época do defeso — do tambaqui, por exemplo? Por que tem que ser generalizada a proibição, uma vez que eu conheço quase uma centena de criadores de tambaquis só no Estado do Amazonas? Portanto, é uma espécie que jamais será extinta, porque hoje nós já temos o controle total sobre a reprodução, o cultivo, tudo sobre o tambaqui. E o tambaqui é um dos pratos mais importantes e mais deliciosos da nossa região. Por que o IBAMA tem que apreender 1 ou 2 tartarugas de um cidadão que tradicionalmente sobreviveu na selva e na natureza, quando nós já temos mais de 1 dezena de criadores de tartarugas da Amazônia, tartarugas de água doce, criando tartarugas com uma certa facilidade? Só a Reserva do Abufari, que os senhores devem conhecer, reproduz milhões e milhões de pequenos animais todos os anos. Então, é uma questão que nós temos que, a cada momento, a cada instante, reavaliar, devido ao avanço da ciência, da técnica, da compreensão e da própria conscientização da comunidade naquela região. Eu gostaria de abrir este debate, Sra. Presidenta, porque se nós formos falar aqui, no plenário da Câmara dos Deputados, que alguém derrubou uma árvore na Amazônia, cai o teto da Câmara na cabeça da gente, porque vêm todos os ecologistas, todos aqueles que, entre aspas, “entendem da Amazônia”, e vem a crítica pela emoção, e nunca o debate pela razão e o debate pelo conhecimento. Mas quero parabenizar o IBAMA por esta nova fase. Parece-me que o IBAMA também está mudando, também está acompanhando a evolução e também está procurando levar não só o seu poder coercitivo — ele é necessário, é importante para aqueles que praticam, de fato, o crime ambiental. Eu



não quero tirar esta competência, este dever, esta obrigação do IBAMA de coibir os crimes ambientais. Mas, ao mesmo tempo, é preciso que haja a educação, a conscientização e o aproveitamento das espécies da natureza que têm poder econômico. Dizendo isto, Sra. Presidenta, quero, portanto, deixar só 2 perguntas ao IBAMA, de um modo geral. A questão fundamental nossa é com relação à biopirataria. Portanto, todos esses programas do IBAMA podem ter alguma correlação, mas o pano de fundo do nosso debate, a questão central do debate, é a biopirataria. Eu quero perguntar como o País poderia melhorar o combate à biopirataria. O que falta? Recursos? Conhecimento? Técnica? Vontade política? Ou, de fato, combater a biopirataria é uma questão impossível, por exemplo, na Amazônia? E a segunda é: os senhores têm conhecimento de alguma ONG — são centenas e centenas delas espalhadas na Amazônia — que use a sua finalidade, portanto, todo um instrumento legal, como fachada para promover a biopirataria? Era isso, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Agradeço ao nobre Deputado e passo agora a palavra ao Dr. Rômulo, para que ele possa responder aos questionamentos do Deputado e também, depois, ao Dr. Ricardo, se ele sentir necessidade, e também ao Denner, que também certamente vai querer fazer algumas colocações.

O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES DE BARRETO MELLO - Deputado, eu iniciaria com a questão da tartaruga e do tambaqui. Assim como a gente está viabilizando o manejo do jacaré, nós estamos ainda discutindo, mas há a perspectiva de nós evoluirmos para o manejo da tartaruga *in situ*, manejo dela na natureza. Esses animais normalmente têm uma capacidade de reprodução pequena, então não permite que haja um alto consumo sobre eles. Então, por mais que haja manejo, que o manejo seja viabilizado, sempre vai haver um controle sobre isso, porque a pressão da sociedade sobre o recurso pode ser maior do que a capacidade de reprodução daquela espécie. Por que hoje se faz... Eu tenho medo de afirmar que nós temos superpopulação de jacaré ou superpopulação de tartaruga, porque normalmente nós observamos a superpopulação desses animais na época seca, onde a coluna de água está limitada, esses animais normalmente estão em processo de reprodução e vão às praias. Mas o benefício...



O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS - Mas eu quero lhe convidar para visitar o Mamirauá, e à noite, num lago daqueles, o senhor observar. A gente tem a impressão de que está com o Rio de Janeiro ao fundo: é tanta luz do olho de jacaré que o senhor vai se impressionar.

O SR. ROMULO JOSÉ FERNANDES DE BARRETO MELLO - Mas esse benefício da dúvida... O que nós estamos querendo dizer é que é necessário fazer uma averiguação científica e comprovar a superpopulação. E nós entendemos que, havendo essa superpopulação, é possível haver o manejo. E também não entendemos que, se tem risco uma vida humana, se proteja o jacaré. Não é isso. O nosso viés principal é a proteção à vida, e a vida do ser humano vem primeiro, sempre. A legislação brasileira é muito clara com relação a isso. Estando o ser humano ameaçado, nós temos que preservar o ser humano. E com relação, ainda, à tartaruga e ao tambaqui, por que nós buscamos, ainda, a proteção do tambaqui? Eu vou forçar... Eu sei que o... Eu também sou amazônida, eu sou do Pará. Nós temos uma rixa antiga entre Pará e Amazonas. A gente come mais jacaré. Mas, com relação ao tambaqui, eu voltando ao tambaqui, é porque o amazonense tem o hábito de comer tambaqui um pouco diferente do paraense. O amazonense, se eu não me engano, adora caldeirada; o paraense adora costela de tambaqui, e a costela de tambaqui, quanto maior o tambaqui, mais saborosa é. Então o que nós observamos com o tambaqui é o seguinte: nós temos uma pressão de consumo muito grande sobre ele, porque todos nós, na Amazônia, gostamos de tambaqui. Inclusive nós, aqui no Centro-Oeste, toda vez que alguém vai ao Francisco e come uma costela de tambaqui volta para comer outra. Eu estou fazendo propaganda de restaurante. Mas nós trabalhamos... É a hora; eu também não almocei ainda. Mas o que acontece é o seguinte: como nós temos uma pesca intensa na região, o tamanho mínimo do tambaqui vem caindo, e nós necessitamos... O fato de nós termos criadouros é interessante, é importante. Foi ótimo. Se nós não tivéssemos já desenvolvido a técnica de criação de tambaqui... E isso foi desenvolvido pelo IBAMA no centro que chama CEPTA, em Pirassununga. Lá se desenvolveu a domesticação da criação de tambaqui. Isso permitiu que hoje no Amazonas e em Rondônia nós ainda tenhamos tambaqui. Senão o tamanho dele estaria um pouco menor. A tartaruga é a mesma lógica, apesar de a tartaruga não ter hoje, ainda, a forma de gestão que o tambaqui,



como recurso pesqueiro, tem. Então, nós não estamos preocupados com a extinção do tambaqui. É mais fácil se extinguir o pescador do que se extinguir o tambaqui. Por quê? Porque, além das condições biológicas dele... Quando falo em extinguir o pescador, falo do pescador mudar de atividade. Não de se extinguir o pescador como ser humano, mas como pescador, naquela atividade. Porque a lógica é preservar o recurso e o seu estoque. Se você não tiver um estoque razoável de tambaquis na natureza, não tem atividade para o pescador, e ele vai largar o tambaqui. Ele nunca deixa de ser pescador. Raramente isso acontece. Ele vai buscar a captura de uma outra espécie. Então é necessário, mesmo tendo o cultivo de tambaquis, que nós protejamos o tambaqui na natureza. E a perspectiva desse tambaqui, ainda no cultivo, de nós termos o cultivo perene do tambaqui, é capturar alguns animais na natureza para haver uma oxigenação gênica no material que está sendo utilizado nos cultivos. Então, quando falamos em cultivo, o processo de artificialização de qualquer produto natural ou biológico, você não perde, com isso, a necessidade de ter a variabilidade genética da natureza. Então, nós vamos requerer sempre material genético da natureza para incorporar nos criadouros e manter o nível de produtividade dos criadouros. E os criadouros foram muito bons para nós, porque se limitou um pouco a pressão sobre a natureza. Então, vamos sempre administrar o tambaqui. E aí nós vamos buscar sempre uma costela de tambaqui maior. Não quer dizer com isso que “o pescador que se lasque”; ao contrário, toda a gestão pesqueira do IBAMA, cada medida que o IBAMA determina com relação ao uso de recursos pesqueiros, é negociada com os pescadores. Toda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Dr. Rômulo, eu gostaria só que a gente sintetizasse um pouquinho, porque já começou uma nova sessão e nós daqui a pouco vamos ter que...

O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES DE BARRETO MELLO - Está certo, eu vou sintetizar. Concluir o tambaqui e a tartaruga. Como resolver a questão da biopirataria? É óbvio que há a questão do controle da fiscalização. Ele vai continuar existindo e precisa ser inteligente, porque a seringueira saiu daqui para a Malásia num navio inteiro. Não sei quantos, mais de 50 sacos de semente de seringueira. Hoje você faz biopirataria numa placa de petri, que é uma plaquinha de vidro um pouco maior do que um pires, ou do tamanho de um pires. E aí você faz biopirataria.



Agora, a grande forma de nós limitarmos a biopirataria e não confundirmos é investimento em pesquisa. O nosso pesquisador não pode ser tratado de forma irresponsável e não ter condições de trabalho. Hoje se troca material biológico brasileiro por equipamento em intercâmbios às vezes não oficiais, através da relação de pesquisadores. E aí no trato disso imediatamente se classifica esse cidadão como biopirata. Eu acho que nós precisamos dar nossa resposta, enquanto Governo brasileiro, Governo e sociedade, que é dar condições para o pesquisador brasileiro trabalhar, e ao amazônida principalmente, porque ele tem um mar de recursos e um mínimo de disponibilidade de meios. Além disso, devemos estimular a migração de conhecimento. E aí eu, como amazônida, faço uma crítica, uma autocrítica ao nosso processo brasileiro: não é possível a mesma relação que tem dos países desenvolvidos com o Brasil ter do Sul Maravilha com a Amazônia. Desenvolver um quadro de pesquisadores e fixar esses pesquisadores na Amazônia é uma responsabilidade brasileira que nós temos que ter juntos. Achar que nós vamos ser um mar de recursos naturais e botar o IBAMA, o Exército e fechar a fronteira, isso não vai existir. Então, nós precisamos fazer, desenvolver pesquisa no Brasil; fazer com que haja transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para o Brasil e do Brasil Maravilha, no Sul, para a Amazônia. Hoje nós não temos mais de 5% dos pesquisadores brasileiros na Amazônia, em 55% de seu território. Então, isso é uma questão de política de desenvolvimento de ciência e tecnologia, que nós precisamos servir. Eu tenho certeza de que o Governo está atento para isso. Eu não conheço nenhuma ONG que use como fachada. Se eu conhecesse, a gente já tinha tomado algumas providências para que isso acontecesse. Nós precisamos desmistificar um pouco essa questão de ONGs no Brasil. Primeiro houve a presença das Organizações Não Governamentais internacionais e depois isso se “passionalizou” e se mistificou. ONG é qualquer associação feita por 2 pessoas interessadas em um determinado assunto de interesse da sociedade. Isso é uma organização não governamental. Então os sindicatos são organizações não governamentais, as associações são organizações não governamentais, e, no caso ambiental, as organizações não governamentais se especializaram um pouco mais. Na realidade, nós, enquanto Estado, precisamos da parceria com as não governamentais. Não quer dizer que nós sejamos incompetentes. Não é isso. É porque a parceria permite



a otimização dos resultados. E não é só com ONG específica, mas com toda a sociedade organizada ela é importante. Isso é um princípio da gestão ambiental. Na gestão ambiental, o Estado totalitário não existe. Eu não vou citar países específicos, mas se os senhores estudarem a questão ambiental dos países totalitários, os senhores vão ver que eles estão em situação muito pior que a nossa, porque nos estados totalitários não se dá satisfação à sociedade. Aqui nós damos. Somos um País democrático e desenvolvemos mecanismos junto à sociedade para que a sociedade nos cobre. E ela não é só parceira na realização de um processo; ela é na crítica, na construção e no trabalho conjunto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Thelma de Oliveira) - Obrigada, Dr. Rômulo. Antes de passar para o Dr. Ricardo, vou passar a Presidência dos trabalhos para o Deputado Casara e vou ao plenário, porque já começou uma outra sessão e outra votação. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Dando prosseguimento aos trabalhos e considerando que tanto o Dr. Rômulo como o Dr. Ricardo já têm o compromisso de em 1 semana prestarem os esclarecimentos adicionais sobre as perguntas que foram efetuadas nesta tarde, passamos a palavra ao Dr. Denner Giovanini.

O SR. DENNER GIOVANINI - Obrigado, Deputado Hamilton Casara, uma pessoa que tive o prazer de conhecer também alguns anos atrás e a quem eu admiro muito e tenho acompanhado o trabalho de V.Exa. aqui, na Câmara Federal. Tenho algumas respostas que são rápidas. Vou colocá-las já, como esclarecimento, para adiantar. As outras também, até pelo sentido de... Estou vendo que os trabalhos estão difíceis, em função das votações. Também, se houver a concordância da Presidência, poderei estar respondendo à CPI por escrito, estar encaminhando os relatórios por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - De acordo.

O SR. DENNER GIOVANINI - Só alguns esclarecimentos. O primeiro diz respeito ao número que foi colocado de que, a cada 10 animais capturados, apenas 1 sobrevive. Esse é o número do pesquisador Roberto Rodford, que foi de 1993, uma pesquisa, inclusive ele consta aqui no relatório da RENTAS, publicado em 2001, que tem um parágrafo que esclarece isso. O índice de mortalidade também é



alto devido ao estresse emocional e às precárias condições oferecidas aos animais durante todo o processo de captura e comercialização. Todos os animais traficados sofrem maus tratos, com exceção dos animais mais raros, que são mais valiosos. Cerca de 80% das aves morrem. Segundo Tofet, em 1993, numa tese apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, morriam 90% das saíras, os tangarás, que eram comercializadas na década de 60, nas casas avícolas da cidade de São Paulo; 36% dos filhotes de papagaio-charão (*Amazona pretrei*) que são pegos nos ninhos morrem antes de serem vendidos — esse é um estudo do Museu de Ciência e Tecnologia, publicado em 1994, no Rio de Janeiro —; e 70% dos Pintassilgos (*Carduelis sp*) não resistem engaiolados e morrem, segundo o Museu de História Natural, no relatório publicado em 1992. Esses dados... Eu não teria nenhuma resistência ou preocupação de dizer que às vezes acho que nem é verdade que de que a cada 10 capturados, 9 sobrevivem. Acho que na verdade é até muito mais do que isso. Acho que é muito mais do que isso. Acho que, para cada animal que sobrevive, há outros... Se você for levar em conta as cadeias biológicas existentes, em função de se dizimar uma espécie e favorecer o aparecimento de um desequilíbrio ecológico, esse número vai se estender muito mais, vai ser até muito maior do que isso. E temos que ter em conta que um animal comercializado, até pela falta de experiência das pessoas que adquirem esse animal, acaba tendo uma sobrevivência muito curta, em função de erros no manejo, na alimentação. A outra questão que eu queria responder, a segunda pergunta, é com relação aos recursos da RENCTAS. A RENCTAS tem orçamento médio anual de cerca de 40 mil reais por mês. Os recursos dela hoje para sua manutenção vêm da participação dos projetos, das taxas administrativas — entre 5% e 8%, dependendo do projeto — e principalmente de doações e parcerias com a iniciativa privada. Entre os doadores da RENCTAS hoje estão o grupo Klabin, o grupo Itapemirim, a Companhia Siderúrgica de Tubarão e a Gulfinvest. Essas são as principais empresas da iniciativa privada que mantêm, colaboram na manutenção da RENCTAS. Essa manutenção é auditada pelos nossos conselhos fiscais e temos ainda uma auditoria independente, e anualmente prestamos contas ao Ministério da Justiça — uma vez que temos o título de *utilidade pública federal*, temos que reportar ao Ministério da Justiça nossa prestação de contas. Com relação à última pergunta, se tenho



conhecimento de algumas pessoas ou algumas instituições, tenho conhecimento, sim, e gostaria de encaminhar, mas com detalhes, com bastante embasamento, essas informações à CPI, por escrito, inclusive com dados. E quanto ao questionamento da Deputada Thelma de Oliveira, eu tenho aqui 10 livros que trouxe para disponibilizar para a CPI. É o livro publicado pela RENCTAS, chamado *Animais Silvestres, Vida à Venda*, publicado inclusive em parceria com o IBAMA, que tem diversos funcionários entre os autores desse livro. Gostaria de colocar à disposição da Presidência 10 exemplares, a título de doação, e também de colocar a RENCTAS à disposição de V.Exas. para o que se fizer necessário. Só para concluir, a respeito do comentário feito pelo Deputado Lupércio Ramos, acho que ele tem toda a razão quando levanta a questão da população que hoje habita a Amazônia, população essa que muitas vezes é impedida de ter acesso aos recursos que outras regiões do País têm e que às vezes se vê obrigada a enfrentar uma sobrevivência muito mais difícil e com uma cobrança muito maior. Cobra-se muito mais de quem está lá, e são exatamente as pessoas que talvez tenham menos acesso aos mecanismos do Estado para poder talvez ter uma oportunidade, uma relação diferente com o meio ambiente. Então, eu também concordo com V.Exa no que diz respeito à priorização da importância que se tem que dar. É por isso que digo que o Estado tem que se fazer presente, mas não de uma maneira a pressionar essas comunidades. Não é chegar lá e jogar lei, não é chegar cobrando, mas principalmente levando oportunidade, identificando o potencial que se tem... Na Amazônia há lugares que têm potenciais fantásticos de ecoturismo. A própria questão dos peixes ornamentais, que as comunidades poderiam ter grandes recursos se pudessem ter a técnica de criação em cativeiro e comercializarem esses peixes, sob supervisão técnica do IBAMA. Se você tem isso, você tem uma diminuição da ação do agente ilegal, do traficante que vai lá. Então, é por isso que acho que papel importante do Estado é chegar nas comunidades e identificar. Temos visto que o Brasil tem grandes oportunidades de fazer isso no Amazonas, e, no caso da Deputada Thelma de Oliveira, também no Pantanal, que tem grandes possibilidades de desenvolver seu ecoturismo. Mas, para isso, é preciso realmente que o Estado vá lá e dê condições. Não adianta a gente ficar criticando, ficar apontando erros. Primeiro é necessário que o Estado se faça presente. E se faça presente principalmente de uma maneira



cooperativa com essas comunidades locais, que têm essa enorme responsabilidade de preservar e proteger a biodiversidade, que pertence ao Brasil inteiro. Mas é preciso também que se dê a elas as condições necessárias para que isso ocorra. Gostaria de encerrar. Sei que a luzinha da votação está acesa, e, se o Presidente me permite, encaminharei as outras respostas por escrito, por ofício, à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hamilton Casara) - Muito bem, de acordo, Dr. Denner. Em função das votações que estão ocorrendo no plenário, vamos tirar de pauta os requerimentos que seriam levados à votação nesta tarde. Antes mesmo de encerrar esta reunião, eu gostaria, para que possamos dar efetividade às recomendações feitas nesta tarde, de informar, principalmente à assessoria desta Comissão, a necessidade de votação do requerimento convocando a Dra. Kilma Raimundo Manso, citada aqui pelo Dr. Soavinski como importante fonte do tráfico de animais silvestres no Raso da Catarina. Agradecemos a presença dos senhores expositores, dos Srs. Parlamentares, dos assessores e demais presentes. Vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima audiência pública, a ser realizada no dia 15 de dezembro, às 14h, no plenário 11. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião. Está encerrada a reunião.